

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

63

abr/jun 2020



OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa

Bruno Ricardo Pena de Sousa

Cornélio Farias Pimentel

Hailton José Fortes

Haroldo Maia Junior

Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Airton Saboya Valente Junior

Produção Agropecuária

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços, Comércio Varejista e Turismo

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Alysson Inácio de Oliveira, Caio Eduardo Silveira Gomes, Catherine dos Santos Rodrigues, Ingrid Monteiro Cordeiro, Iury Lima Procópio, Mateus Pereira de Almeida e Pedro Costa de Castro Ivo, graduandos da UNIFOR e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas – NUPE da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Francisco Kaique Feitosa Araújo

João Marcos Rodrigues da Silva

Marcus Vinicius Adriano Araújo

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão Vernacular

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-

n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária	6
3 Produção Industrial	10
4 Setor de Serviços	18
5 Varejo	20
6 Turismo	23
7 Mercado de Trabalho	26
8 Comércio Exterior	31
9 Finanças Públicas	38
10 Intermediação Financeira	42
11 Índices de Preços	45
12 Cesta Básica	47

1 Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu -9,7% na comparação do segundo trimestre de 2020 ante o primeiro trimestre do corrente ano. Trata-se da segunda queda trimestral seguida e o menor resultado para a economia desde o início da série histórica, em 1996, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho do PIB foi impactado pela pandemia do novo Coronavírus, tendo em vista a redução das atividades produtivas, além do estabelecimento do distanciamento social. A Indústria (-12,3%) e os Serviços (-9,7%) apresentaram expressivos recuos, enquanto a Agropecuária (+0,4%) cresceu moderadamente.

As atividades industriais registraram declínios, a exemplo da Indústria de Transformação (-17,5%), seguido pela Construção Civil (-5,7%), as atividades de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Gestão de Resíduos recuaram -4,4%, enquanto as Indústrias Extrativas declinaram -1,1%, em comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Quanto aos Serviços, ocorreram resultados negativos em: Outros Serviços (-19,8%); Transporte, Armazenagem e Correio (-19,3%); Comércio (-13,0%); Administração, Saúde e Educação Pública (-7,6%); e Informação e Comunicação (-3,0%). As atividades de Intermediação Financeira e Seguros (+0,8%) e as Atividades Imobiliárias (+0,4%) avançaram modestamente no período analisado.

Pela ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo recuou -15,4% no segundo trimestre de 2020 em comparação ao trimestre anterior, seguida pela Despesa de Consumo das Famílias (-12,5%) e a Despesa de Consumo do Governo (-8,8%). No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços tiveram expansão de +1,8%, enquanto as Importações de Bens e Serviços recuaram -13,2% em relação ao primeiro trimestre de 2020.

Por sua vez, o PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em junho de 2020 apresentou retração de -2,2% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores (Tabela 1). Esta taxa resultou do recuo de -2,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da retração de -3,0% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado, neste tipo de comparação, decorreu dos seguintes desempenhos: Agropecuária (+1,5%), Indústria (-2,5%) e Serviços (-2,2%).

Todas as atividades industriais, com exceção das Indústrias Extrativas que avançou +4,7%, apresentaram variações negativas, sendo o maior peso na Indústria da Transformação (-5,0%), seguida pela Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Gestão de Resíduos (-1,7%), além da Construção Civil (-1,6%).

Dentre os Serviços, os resultados positivos verificaram-se em Atividades Financeiras e de Seguros (+2,5%); Informação e Comunicação (+1,8%); e Atividades Imobiliárias (+1,6%). Em contrapartida, Outras Atividades de Serviços registrou retração de -6,1%, seguido por Transporte, Armazenagem e Correio (-5,5%); Administração, Defesa, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social (-2,3%); e Comércio (-2,2%).

Na análise da demanda, todos os componentes registraram resultado negativo: Despesa de Consumo das Famílias retrocedeu -2,5%; Despesa de Consumo do Governo caiu -2,4%; e, por último, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) recuou -2,1%. Quanto ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços recuaram -2,8%, seguido pelas Importações de Bens e Serviços que decaíram -1,8%, conforme especificado na Tabela 1.

O Produto Interno Bruto, no segundo trimestre de 2020, totalizou R\$ 1.652,9 bilhões, sendo R\$ 1.477,5 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 175,4 bilhões relacionados aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Considerando o Valor Adicionado das atividades no segundo trimestre de 2020, a Agropecuária totalizou R\$ 125,4 bilhões, a Indústria somou R\$ 287,5 bilhões e os Serviços alcançaram R\$ 1.064,6 bilhões. Dentre os componentes da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias somou R\$ 1.002,7 bilhões, a Despesa de Consumo do Governo alcançou R\$ 370,2 bilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo totalizou R\$ 247,4 bilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou deficitária em R\$ 60,0 bilhões e a Variação de Estoque foi negativa em R\$ 27,4 bilhões.

Tabela 1 – Taxa de variação (%) do PIB e componentes - Acumulado nos últimos quatro trimestres

	Últimos quatro trimestres/Últimos quatro trimestres imediatamente anteriores	2019.2	2019.3	2019.4	2020.1	2020.2
	PIB à preços de mercado	1,1	1,0	1,1	0,9	-2,2
Ótica da Produção	Valor Agregado Bruto da Agropecuária	2,7	2,0	1,3	1,6	1,5
	Valor Agregado Bruto da Indústria	-0,1	0,0	0,5	0,7	-2,5
	Valor Agregado Bruto dos Serviços	1,2	1,1	1,3	0,9	-2,2
Ótica da Demanda	Despesa de Consumo das Famílias	1,6	1,7	1,8	1,3	-2,5
	Despesa de Consumo do Governo	-0,1	-0,8	-0,4	-0,4	-2,4
	Formação Bruta de Capital Fixo	4,3	3,0	2,2	3,0	-2,1
	Exportação de Bens e Serviços	3,4	1,6	-2,5	-2,7	-2,8
	Importação de Bens e Serviços	5,3	2,4	1,1	2,9	-1,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Considerando os resultados do segundo trimestre de 2020, a Renda Nacional Bruta somou R\$ 1.627,5 bilhões ante R\$ 1.758,8 bilhões em igual período de 2019.

A taxa de investimento no segundo trimestre de 2020 foi de 15,0% do PIB, abaixo do registrado em igual período do ano anterior quando apresentou 15,3%. Em contrapartida, a taxa de poupança ficou acima do registrado anteriormente registrando 15,5%, ante 13,7%, na mesma base de comparação, de acordo com o IBGE

Os próximos capítulos detalham o desempenho econômico dos setores do Nordeste e Estados no segundo trimestre de 2020, especificamente a produção agropecuária, indústria, serviços, comércio e turismo. Além disso, detalha-se o comportamento do mercado de trabalho, comércio exterior, finanças públicas, intermediação financeira, índices de preços e cesta básica.

2 Produção Agropecuária

1 Agricultura

A agricultura brasileira vem apresentando números animadores para a safra 2020, considerando os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados no primeiro semestre do ano, apesar da crise econômica causada pela pandemia do novo Coronavírus. A safra nacional de grãos deverá apresentar novo recorde de produção, totalizando 250,5 milhões de toneladas em 2020. Deste modo, a produção de grãos ultrapassará em 3,8% a obtida em 2019, que totalizou 241,5 milhões de toneladas, representando assim, incremento de 9,1 milhões de toneladas (Tabela 1). Quanto à área a ser colhida de grãos, estima-se em 64,9 milhões de hectares, aumento de 1,7 milhão de hectares, ou seja, 2,6% maior em relação ao total obtido em 2019. Cabe destacar que a área colhida de grãos, nessa estimativa, representa 81,3% da área colhida total.

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados em 2019 e 2020 - Em toneladas

País/Região /Estado	Safra 2019	Part. (%) ⁽¹⁾	Safra 2020	Part. (%) ⁽¹⁾	Var. (%)
Nordeste	19.188.190	7,9	21.853.754	8,7	13,9
Bahia	8.283.660	43,2	9.534.331	43,6	15,1
Maranhão	4.929.446	25,7	5.376.554	24,6	9,1
Piauí	4.416.577	23,0	4.908.326	22,5	11,1
Ceará	559.791	2,9	800.092	3,7	42,9
Sergipe	695.197	3,6	785.638	3,6	13,0
Pernambuco	88.102	0,5	145.953	0,7	65,7
Paraíba	63.189	0,3	135.066	0,6	113,7
Alagoas	95.917	0,5	105.525	0,5	10,0
Rio Grande do Norte	56.311	0,3	62.269	0,3	10,6
Centro-Oeste	111.517.113	46,2	118.006.557	47,1	5,8
Sul	77.217.933	32,0	74.296.171	29,7	-3,8
Sudeste	23.732.122	9,8	25.613.352	10,2	7,9
Norte	9.807.396	4,1	10.753.209	4,3	9,6
Brasil	241.462.754	100,0	250.523.043	100,0	3,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em Relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

A maioria das culturas contabilizadas pelo IBGE como grãos, leguminosas e oleaginosas deverão apresentar previsão de alta na produção nacional, com nove dentre as quatorze (Tabela 2). Das maiores lavouras nacionais de grãos, trigo (+41,0%), arroz (+7,3%) e soja (+5,9%) deverão crescer. Por outro lado, estima-se declínio na produção de milho (-0,8%) e feijão (-4,0%), enquanto o algodão permanecerá estável. Em conjunto, estes seis produtos representam 94,9% da produção e 97,3% da área colhida na participação de grãos do País.

Outros itens levantados pelo IBGE, além dos grãos, deverão apresentar incrementos para a safra nacional, a exemplo da cana-de-açúcar (+2,4%), laranja (+4,1%), castanha-de-caju (+7,2%), cacau (+10,2%) e café (+18,2%). Contudo, as produções de uva (-0,3%), mandioca (-0,3%), tomate (-5,0%), banana (-5,2%), fumo (-8,6%) e batata (-10,6%) declinarão, conforme especificado na Tabela 2.

Em termos regionais, o Centro-Oeste, que é a principal Região produtora de grãos no País, detentora de 46,2% da participação nacional, deverá apresentar o quarto maior crescimento de produção entre as regiões, de 5,8%. O Nordeste, apesar de deter apenas 7,9% da participação da produção de grãos no País, tende a obter o maior incremento entre as regiões, de 13,9%, ampliando sua participação para 8,7% em 2020. Melhores condições de chuvas proporcionam este desempenho. As demais regiões que apresentarão incrementos são Norte (+9,6%) e Sudeste (+7,9%), enquanto a Região Sul deverá decrescer sua produção em -3,8%, em virtude de forte estiagem ocorrida nesta safra.

Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2019 e 2020 - Em toneladas

Produto	Brasil			Nordeste		
	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)	Safra 2019	Safra 2020	Var. (%)
Cereais e oleaginosas ⁽¹⁾	241.462.754	250.523.043	3,8	19.188.190	21.853.754	13,9
Algodão herbáceo	6.894.169	6.896.663	0,0	1.661.272	1.600.751	-3,6
Amendoim	562.300	692.878	23,2	12.364	12.917	4,5
Arroz	10.260.474	11.005.307	7,3	314.090	336.893	7,3
Aveia	911.754	1.095.301	20,1	-	-	-
Centeio	9.922	11.038	11,2	-	-	-
Cevada	400.415	418.430	4,5	-	-	-
Feijão	3.039.651	2.916.704	-4,0	616.750	705.086	14,3
Girassol	131.173	83.271	-36,5	-	-	-
Mamona	28.360	20.565	-27,5	27.569	20.269	-26,5
Milho	100.566.125	99.766.030	-0,8	6.518.893	8.085.600	24,0
Soja	113.488.489	120.130.863	5,9	10.495.757	11.532.129	9,9
Sorgo	2.596.642	2.762.018	6,4	159.391	169.402	6,3
Trigo	5.231.336	7.374.806	41,0	30.000	15.000	-50,0
Triticale	30.670	38.868	26,7	-	-	-
Banana	7.113.594	6.745.764	-5,2	2.488.454	2.274.779	-8,6
Batata	3.854.054	3.445.158	-10,6	200.006	200.236	0,1
Cacau	252.540	278.238	10,2	105.018	118.018	12,4
Café	2.995.564	3.542.032	18,2	181.633	203.597	12,1
Cana-de-açúcar	667.532.475	683.522.983	2,4	49.671.912	52.834.715	6,4
Castanha-de-caju	139.383	149.408	7,2	138.572	148.555	7,2
Fumo	759.470	694.515	-8,6	23.936	28.201	17,8
Laranja	17.614.270	18.338.687	4,1	1.175.771	1.154.233	-1,8
Mandioca	18.990.014	18.928.931	-0,3	3.799.398	3.768.684	-0,8
Tomate	4.075.890	3.871.034	-5,0	518.644	490.939	-5,3
Uva	1.445.705	1.441.832	-0,3	498.160	414.253	-16,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Quando analisados os dados da safra da Região Nordeste, são observadas expansões nas produções de: milho (+24,0%), feijão (+14,3%), soja (+9,9%), arroz (+7,3%), sorgo (+6,3%) e amendoim (+4,5%). Já as culturas de trigo, mamona e algodão devem apresentar declínios de -50,0%, -26,5% e -3,6%, respectivamente. As produções de fumo (+17,8%), cacau (+12,4%), café (+12,1%), castanha-de-caju (+7,2%), cana-de-açúcar (+6,4%) e batata-inglesa (+0,1%) deverão crescer. O Nordeste apresenta, ainda, boa representatividade em algumas das lavouras nacionais. Destacam-se, por exemplo, mamona (98,6%), castanha-de-caju (99,4%), cacau (42,4%), banana (33,7%), uva (28,7%), algodão (23,2%), feijão (24,2%), mandioca (19,9%) e soja (9,6%).

As chuvas favoreceram o plantio de grãos em todo o Nordeste, pois o conjunto de seus estados tende a apresentar acréscimos em suas safras. Os aumentos da produção de grãos, quando comparados com a safra de 2019, estão estimados em: Paraíba (+113,7%), Pernambuco (+65,7%), Ceará (+42,9%), Bahia (+15,1%), Sergipe (+13,0%), Piauí (+11,1%), Rio Grande do Norte (+10,6%), Alagoas (+10,0%) e Maranhão (+9,1%).

A Bahia, cuja participação regional é de 43,6%, é o principal produtor de grãos no Nordeste. O Estado deverá apresentar incremento nas seguintes lavouras de grãos: sorgo (+48,5%), milho (+32,2%), soja (+13,5%), feijão (+10,7%) e amendoim (+3,1%). Por outro lado, o cultivo de trigo (-50,0%), mamona (-25,9%) e algodão (-4,3%) deverão reduzir em comparação à produção de 2019. Como destaque, a Bahia

é responsável por 89,3% da produção de algodão e 52,3% da produção da soja regional. Produz, também, todo o trigo e praticamente toda a mamona da Região Nordeste.

O Maranhão, segundo maior produtor regional de grãos (24,6%), será favorecido pelo incremento nas lavouras de milho (+13,4%), soja (+7,3%) e algodão (+0,5%). Cabe destacar a participação de alguns produtos desse Estado em relação ao total do Nordeste: arroz (47,2%), soja (26,5%) e milho (25,4%).

O Piauí, terceiro maior produtor de grãos do Nordeste, detém 22,5% da produção regional. A produção do milho (+19,9%) deverá aumentar, além do feijão (+5,8%) e soja (+5,2%). Em relação à produção do Nordeste, o Piauí tem significativa representatividade na cultura do arroz (30,5%), milho (27,2%), soja (21,2%) e feijão (11,8%), bem como da castanha-de-caju (15,9%).

O Ceará deverá apresentar incrementos na produção de sorgo (+150,0%), algodão (+53,5%), milho (+48,5%), uva (+29,3%), feijão (+25,5%), castanha-de-caju (+8,9%) e arroz (+7,0%), enquanto as culturas de mamona (-45,4%), mandioca (-12,5%) e cana-de-açúcar (-4,0%) deverão apresentar declínio.

Cabe destacar que a produção de grãos na Paraíba, que sofreu com a estiagem em 2019, deverá crescer +113,7% em 2020, com maiores expansões nas colheitas de milho (+118,5%), algodão (+115,0%) e feijão (+114,7%). Por fim, Sergipe (3,6%), Pernambuco (0,7%), Alagoas (0,5%) e Rio Grande do Norte (0,3%) representam, em conjunto, apenas 5,1% da produção de grãos do Nordeste. Tais Estados têm representação modesta na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas. Em contrapartida, a colheita de importantes culturas deverá obter incremento, a exemplo da produção de cana-de-açúcar (+13,0%) e milho (+13,9%) em Sergipe; milho (+200,8%) em Pernambuco; feijão (+105,7%) em Alagoas; e milho (+14,2%) no Rio Grande do Norte.

2 Pecuária

Os dados da pecuária brasileira sinalizam para retração no segundo semestre de 2020 das principais atividades pesquisadas pelo IBGE em seus levantamentos trimestrais de abate de animais e produções de leite, couro, além de ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 1. O quantitativo de animais abatidos de bovinos foi o que apresentou maior retração, tanto comparado com o 2º trimestre de 2019 (-9,7%) quanto referente ao 1º trimestre de 2020 (-1,2%), alcançando um volume de 7,17 milhões de cabeças abatidas. No caso dos frangos, a maior retração foi observada comparando o 1º e 2º trimestres de 2020, com variação de -7,2%, o que indica 1,4 bilhão de frangos abatidos.

Comportamento semelhante para esses dois rebanhos, quando verificado o peso das carcaças comercializadas. Em ambas as situações, tanto bovino quanto frangos, houve reduções quando comparados os 2ºs trimestres de 2019 e 2020, de -6,6% e -4,0%, respectivamente. No caso da carcaça bovina, esta carne apresentou leve recuperação entre o 1º e 2º trimestres de 2020, de 0,5%, alcançando 1,8 milhão de toneladas. Já a carne de frango continuou apresentando declínio em relação ao 1º trimestre de 2020, de -7,7%, alcançando 3,2 milhões de toneladas.

A carne suína foi a única a apresentar comportamento ascendente nas comparações entre 2019 e 2020. O número de animais abatidos avançou em +6,1% comparando o 2º trimestre de 2020 com o de 2019 e +1,5% quando comparados os dois primeiros trimestres de 2020, com total de 12,1 milhões de cabeças abatidas. Quanto ao peso das carcaças, os números são mais animadores, com crescimento de +8,2% entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020 e de +3,2% entre o 1º e o 2º trimestres de 2020, com total de 1,1 milhão de toneladas comercializadas.

Quando analisados os demais produtos da pecuária levantados pelo IBGE, percebem-se quedas mais acentuadas. Para o leite, houve reduções de -9,7% para o cru e -9,9% para o industrializado, entre o 1º e 2º trimestres de 2020, com quantidades de aproximadamente 5,7 bilhões de litros para ambos. As maiores quedas do couro foram observadas entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020, com variações de -13,7% para o couro cru e -14,5% para o curtido, com respectivos 7,2 milhões e 6,9 milhões de unidades. Em 2020, as reduções entre os dois primeiros trimestres foram menores, de -3,6% e -4,7%, respectivamente.

Outro item a apresentar comportamento positivo foi a produção de ovos de galinha, com alta de +1,9% entre os 2ºs trimestres de 2019 e 2020 e mantendo-se estável entre os primeiros trimestres de 2020, com total de 965,4 milhões de dúzias de ovos.

Pelos dados analisados, percebem-se os impactos que a pandemia do novo Coronavírus provocou na produção pecuária nacional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores brasileiros apresentaram as maiores variações negativas, como a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis à população apresentaram variações positivas, com a carne suína e a produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador brasileiro, que necessitou adquirir itens de menor valor para sua cesta de alimentos.

Tabela 1 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos, aquisição de leite cru, aquisição de couro cru e produção de ovos de galinha - Brasil - 2º Trimestre de 2020

Abate de animais, aquisição de leite, aquisição de couro cru, e produção de ovos de galinha	2019	2020	2020	Variação	
	2º trimestre	1º trimestre	2º trimestre	3/1	3/2
	(1)	(2)	(3)		
Número de animais abatidos (mil cabeças)					
Bovinos	7.939	7.255	7.169	-9,7	-1,2
Suínos	11.369	11.883	12.067	6,1	1,5
Frangos	1.424.928	1.510.836	1.402.647	-1,6	-7,2
Peso das carcaças (toneladas)					
Bovinos	1.977.662	1.837.648	1.846.324	-6,6	0,5
Suínos	1.017.468	1.066.185	1.100.583	8,2	3,2
Frangos	3.344.951	3.476.001	3.210.016	-4,0	-7,7
Leite (mil litros)					
Adquirido (cru)	5.860.992	6.303.702	5.690.343	-2,9	-9,7
Industrializado	5.854.813	6.300.048	5.679.415	-3,0	-9,9
Couro (mil unidades)					
Adquirido (cru)	8.393	7.517	7.247	-13,7	-3,6
Curtido	8.135	7.301	6.958	-14,5	-4,7
Ovos (mil dúzias)					
Produção	947.765	965.106	965.412	1,9	0,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha. Notas: 1. Os dados do 2º trimestre de 2020 são referentes aos primeiros resultados das respectivas pesquisas. 2. Os primeiros resultados das pesquisas trimestrais da pecuária passaram a ser divulgados a partir do 1º trimestre de 2018 apenas no nível Brasil. São dados prévios, que podem sofrer alterações até a divulgação dos resultados do trimestre de referência. 3. Os dados do ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos dados do 1º trimestre de 2021.

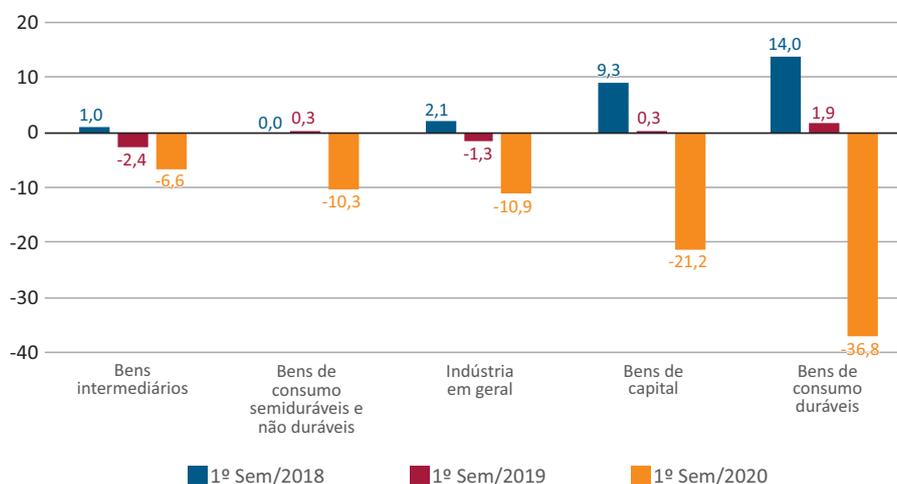
3 Produção Industrial

A produção industrial no Brasil avançou 8,9% em junho de 2020, frente ao mês anterior, segundo mês consecutivo de expansão, nesta base de comparação (+8,2%, em maio), eliminando parte da perda de 26,6% registrada em março e abril, diante da pandemia do Coronavírus. Contudo, em relação a junho de 2019, a atividade da indústria caiu 9,0%, oitavo resultado negativo seguido, nesta comparação. Com estes resultados, o setor apresentou recuo tanto para o fechamento do segundo trimestre (-19,4%) quanto para o primeiro semestre de 2020 (-10,9%). Na taxa acumulada de 12 meses, terminados em junho, houve queda de 5,6%, frente à igual período anterior. Assim, mesmo com o desempenho positivo expressivo do mês de junho, a indústria se encontra 27,7% abaixo do nível recorde, de maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A redução de 10,9% na produção industrial nacional no acumulado de janeiro a junho de 2020, em relação a igual período de 2019, repercutiu taxas negativas nas quatro grandes categorias econômicas, em 21 dos 26 ramos, 65 dos 79 grupos e 75,3% dos 805 produtos pesquisados.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), a redução mais intensa se deu nos bens de consumo duráveis (-36,8%), pressionados pela menor fabricação de automóveis (-51,2%) e eletrodomésticos (-13,5%). Em seguida, aparecem os bens de capital (-21,2%) refletindo, em grande parte, a retração nos bens de capital para equipamentos de transporte (-36,3%) e para fins industriais (-16,3%). Com quedas menos acentuadas do que a média nacional (-10,9%), estão os bens de consumo semi e não duráveis (-10,3%) e os bens intermediários (-6,6%). Comparando este primeiro semestre com o de anos anteriores (Gráfico 1), cabe observar que, em geral, o desempenho da indústria se mostrou decrescente ao longo dos anos. Praticamente todas as categorias assinalaram resultados positivos em 2018. Apresentaram retração ou perda de ritmo em 2019. Mas todas registraram índices negativos em 2020.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - Variação percentual acumulada nos 1^{os} semestres de 2018, 2019 e 2020 (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em relação às atividades industriais, a produção extrativa foi menos negativa no primeiro semestre de 2020 (-2,8%) do que no de 2019 (-12,5%). Em sentido oposto, a indústria de transformação passou de +0,3%, no acumulado dos seis primeiros meses de 2019, para -11,9%, em 2020, com 20 de suas 25 atividades registrando redução. Destacaram-se positivamente (Gráfico 2): alimentos (+3,7%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (+3,7%); sabões, cosméticos e perfumarias (+2,9%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+2,0%). Dentre as principais influências negativas: veículos automotores, reboques e carrocerias (-43,6%); confecção, vestuário e acessórios (-36,6%); outros equipamentos de transporte (-36,1%); couro, artigos para viagem, calçados (-33,7%); impressão e reprodução de gravações (-31,5%); produtos diversos (-22,9%); têxteis (-22,0%); móveis (-19,0%); máquinas e equipamentos (-16,7%); metalurgia (-15,8%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - Acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Semelhantemente à pesquisa do IBGE, a Sondagem também identificou que, apesar do melhor desempenho nos últimos meses, os impactos da pandemia sobre a atividade industrial ainda são visíveis. Captou elevação na produção de junho, frente ao mês anterior (52,8 pontos), mas redução no número de empregados (46,9 pontos). Esta queda no emprego, contudo, foi menos intensa e disseminada do que nos três meses anteriores.

A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) assinalou crescimento pelo segundo mês consecutivo, passando de 55% para 62%, elevação de 7 pontos percentuais (p.p.) de maio para junho. Esta evolução refletiu a melhora na atividade industrial, mas ainda não foi suficiente para alcançar o nível de ociosidade pré-crise. Em junho de 2019, a UCI era de 66%, 4 p.p. superior ao atual.

Para os resultados referentes ao segundo trimestre do ano, a Pesquisa também verificou avanços em alguns índices. Houve aumento no índice de situação financeira das empresas (de 41,4 para 42,5 pontos, na passagem trimestral), mas ainda refletindo elevado nível de insatisfação. O índice relativo à satisfação quanto ao lucro operacional diminuiu de 37,2 para 37,0 pontos no mesmo período. O acesso ao crédito passou a ser considerado como ainda mais difícil, no segundo trimestre de 2020, diante da redução em seu índice trimestral, de 33,8 para 33,1 pontos.

Os principais problemas enfrentados pela indústria, no segundo trimestre, refletiram também as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar, a demanda interna insuficiente, diante do aumento do desemprego, das medidas de distanciamento social, e da incerteza do momento. Em seguida, apareceram a elevada carga tributária, e a falta ou alto custo da matéria-prima. Neste caso, contaram as dificuldades logísticas e de produção, bem como a paralisação do fornecimento de matéria-prima pelo exterior, devido à interrupção da atividade produtiva em outros países. Logo após, foram citados os itens relativos à volatilidade e elevação na taxa de câmbio, e à inadimplência dos clientes, que teve a segunda alta trimestral consecutiva.

Por seu turno, todos os índices de expectativa passaram a demonstrar otimismo, em julho de 2020, após três meses seguidos de pessimismo. Com destaque para a expectativa de demanda, que subiu de 48,7 para 56,6 pontos. Também cresceram: a expectativa de quantidade exportada (de 45,8 para 51,1); a de compras de matérias-primas (de 46,5 para 54,3), e a de número de empregados (de 45,3 para 50,4).

Contudo, embora com trajetória de crescimento por três meses seguidos, o índice de intenção de investimento segue em baixo patamar. Passou de 41,4 para 46,7 pontos, de junho para julho de 2020, com 2,7 pontos abaixo de sua média histórica, na série iniciada em novembro de 2013.

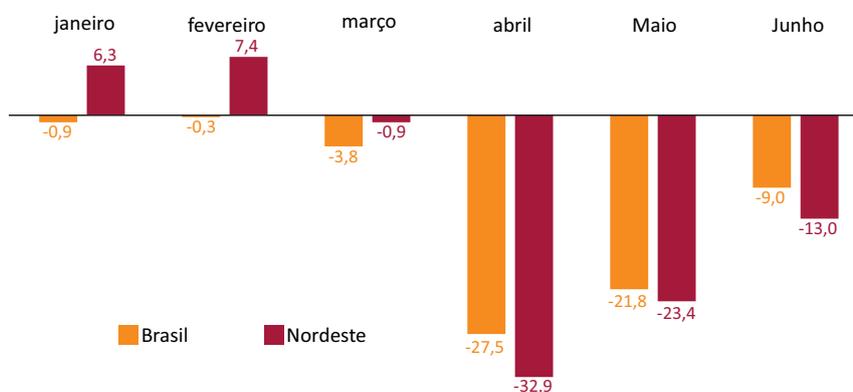
Para 2020, o Boletim Focus do Banco Central, reduziu a expectativa para a taxa de crescimento da produção industrial, de -7,86% para -7,92%, entre o penúltimo e o último Relatório divulgado no mês de julho.

Produção Industrial no Nordeste

O nível de atividade industrial, do mês de junho, refletiu ampliação do movimento de retorno parcial da produção de unidades produtivas, após as interrupções geradas por efeito da pandemia de Covid-19, em todo o País. Em relação ao mês anterior, houve avanço em 14 dos 15 locais divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal Regional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Nordeste, esta elevação foi de 8,0%, ante 8,9%, no País. No entanto, em relação a iguais períodos do ano anterior, as perdas continuaram elevadas. Em relação a junho de 2019, as taxas foram de -13,0% (Nordeste) e -9,0% (Brasil). No acumulado dos seis primeiros meses do ano: -9,5%, no Nordeste, e -10,9% no País. Em 12 meses, terminados em junho: -6,1% (Nordeste) e -5,6% (Brasil).

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a reação da produção industrial, ao longo do ano, diante da pandemia do Coronavírus que vem afetando a dinâmica econômica do País. O Gráfico 3 mostra que nos dois primeiros meses de 2020, a indústria, em especial do Nordeste, mostrava fôlego e chegou a se vislumbrar possibilidade de recuperação no ano (+6,3%, em janeiro e +7,4%, em fevereiro). Contudo, a crise sanitária começou a dar sinais em março (-0,9%) e agravou seus efeitos econômicos em abril (-32,9%), maio (-23,4%) e junho (-13,0%), embora assinalando redução das perdas desde maio. Observe que desde abril, as retrações no Nordeste têm sido mais intensas do que a média nacional, demonstrando sua maior dificuldade de recuperação.

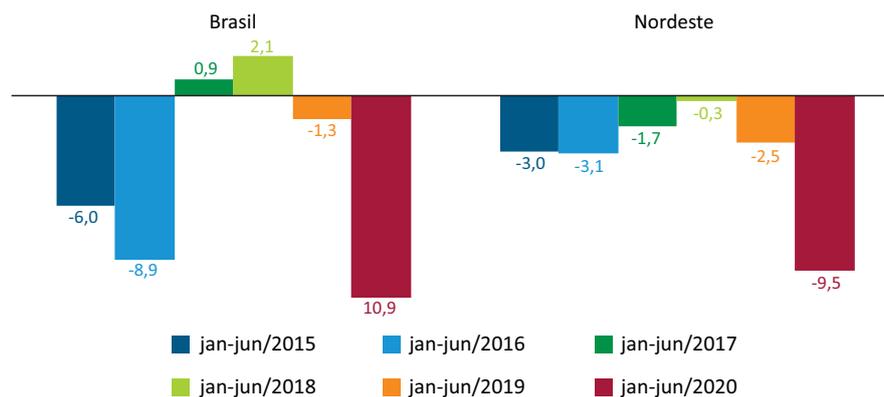
Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal (%) - Brasil e Nordeste - Janeiro a junho de 2020 (Base: igual mês do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Buscando melhor avaliar o desempenho industrial recente, o Gráfico 4 apresenta uma comparação dos resultados dos seis primeiros meses dos anos de 2015 a 2020. Neste, observa-se que após as reduzidas taxas nos anos recessivos de 2015 e 2016, Brasil e Nordeste buscaram recuperação, com o País logrando crescimento em 2017 (0,9%) e 2018 (2,1%), mas a Região não chegou a alcançar taxas positivas. Em 2019, as dificuldades se agravaram e houve queda tanto em nível nacional (-1,3%), quanto regional (-2,5%). Em 2020, a crise sanitária afetou ainda mais o quadro econômico, levando a reduções mais intensas na indústria, de -10,9%, no Brasil, e -9,5%, no Nordeste.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil e Nordeste - Acumulado 1º semestre, 2015 a 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

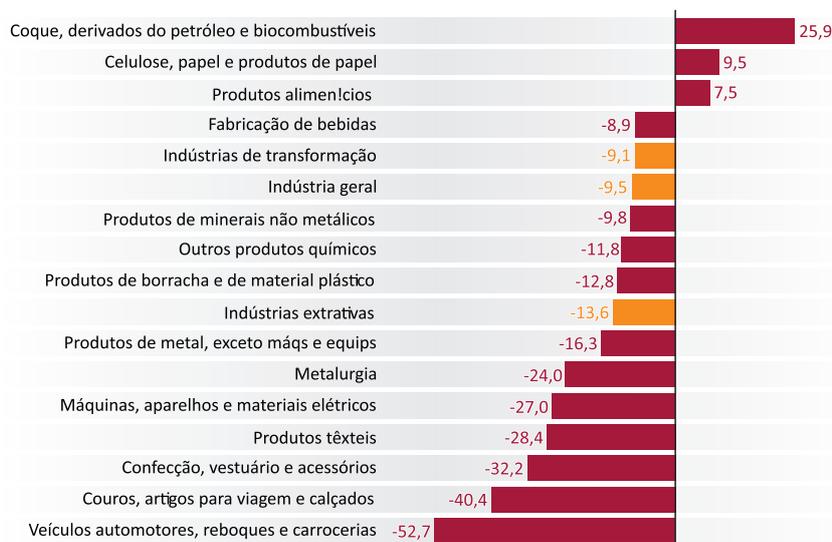
No acumulado dos primeiros seis meses de 2020, além da retração na indústria extrativa (-2,8%), a taxa nacional (-10,9%) foi puxada principalmente pela queda na indústria de transformação (-11,9%). No contexto regional (-9,5%), a redução na indústria extrativa (-13,6%) foi ainda maior do que na de transformação (-9,1%). Dentre as 14 atividades pesquisadas da indústria de transformação regional, apenas 3 assinalaram elevação na taxa de janeiro a junho (Gráfico 5): coque e derivados do petróleo (+25,9%); celulose e papel (+9,5%); alimentos (+7,5%). Negativamente, se apresentaram: veículos, reboques e carrocerias (-52,7%); couro, artigos para viagem e acessórios (-40,4%); confecção e acessórios (-32,2%); produtos têxteis (-28,4%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-27,0%); metalurgia (-24,0%); produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-16,3%); produtos de borracha e plástico (-12,8%); outros produtos químicos (-11,8%); produtos de minerais não metálicos (-9,8%), e bebidas (-8,9%).

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a Sondagem também identificou que houve aumento da produção em junho (51,4 pontos), frente ao mês anterior. O número de empregados, no entanto, caiu (44,9 pontos), mas em menor intensidade do que em maio (41,6). A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) subiu de 46% para 55%, de modo que a indústria regional voltou a utilizar mais da metade de sua capacidade, após dois meses abaixo dessa marca, mas se encontra 10 pontos percentuais (p.p.) abaixo do nível de junho de 2019 (65%).

Para os resultados referentes ao segundo trimestre do ano, em relação aos índices de condições financeiras das empresas nordestinas, a pesquisa verificou profunda insatisfação com o lucro operacional (de 34,0 para 33,3 pontos) e ainda com a situação financeira (de 36,8 para 37,6). O acesso ao crédito, apesar da elevação, continua sendo considerado como muito difícil (de 31,0 para 32,7 pontos).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Nordeste - Acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

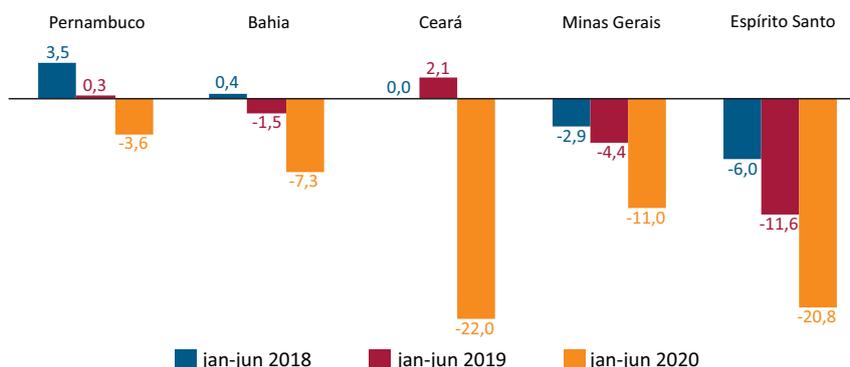
Os índices nordestinos de expectativa, captados em julho, expressaram melhoras, e já começam a demonstrar otimismo: expectativa de demanda (de 48,5 para 57,7); quantidade exportada (de 47,0 para 50,3); compra de matérias-primas (de 47,4 para 56,0), e número de empregados (de 44,6 para 50,8). O índice de “intenção de investimento”, que passou de 42,1 para 44,5 pontos, também continua em baixo patamar (6,6 p.p. abaixo da média histórica da série iniciada em novembro de 2013).

Produção Industrial nos Estados da Área de atuação do BNB

O nível de atividade industrial refletiu ampliação do movimento de retorno à produção, mas ainda parcial, na passagem de maio para junho de 2020, após a diminuição do ritmo de produção em função da pandemia de Covid-19, no País. Contudo, se comparado a junho de 2019, apresentou forte recuo, o que refletiu no resultado acumulado do ano. De janeiro a junho de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019, apenas dois dos locais pesquisados no Brasil (-10,9%) lograram crescimento: Rio de Janeiro (+2,3%) e Goiás (+0,9%). Todos os locais pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB) registraram reduções: Pernambuco (-3,6%); Bahia (-7,3%); Região Nordeste (-9,5%); Minas Gerais (-11,0%); Espírito Santo (-20,8%), e Ceará (-22,0%), que assinalou a retração mais intensa do País. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A evolução da indústria nos Estados correspondentes à área de atuação do BNB pode ser observada no Gráfico 6, quanto ao 1º semestre dos anos de 2018 a 2020. Nos primeiros seis meses de 2018 e/ou 2019, os Estados da Região Nordeste apresentaram taxas positivas, em diferentes níveis. No entanto, o surgimento do Coronavírus e as consequências do isolamento social sobre a atividade econômica, em geral, passaram a ameaçar o desempenho da Região, levando a significativas perdas em 2020. Para Minas Gerais (-11,0%) e Espírito Santo (-20,8%), este foi o terceiro ano consecutivo com resultados industriais negativos, quando a repercussão da pandemia se somou a do rompimento da barragem de Brumadinho.

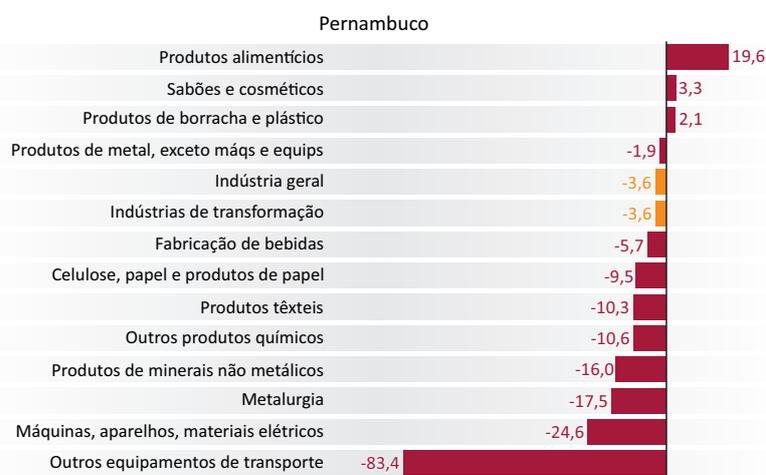
Gráfico 6 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Estados da área de atuação do BNB - 1º semestre, de 2018 a 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado do ano de 2020, Pernambuco (-3,6%) foi o Estado da área de atuação do BNB que observou o desempenho menos negativo, e a quinta melhor posição do País. No período, avançou em 3, das 12 atividades pesquisadas, relativas à indústria de transformação (Gráfico 7): alimentos (+19,6%); sabões e cosméticos (+3,3%), e produtos de borracha e plástico (+2,1%). Reduziram-se: outros equipamentos de transporte (-83,4%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-24,6%); metalurgia (-17,5%); produtos de minerais não metálicos (-16,0%); outros produtos químicos (-10,6%); têxteis (-10,3%); celulose e papel (-9,5%); bebidas (-5,7%); produtos de metal (-1,9%).

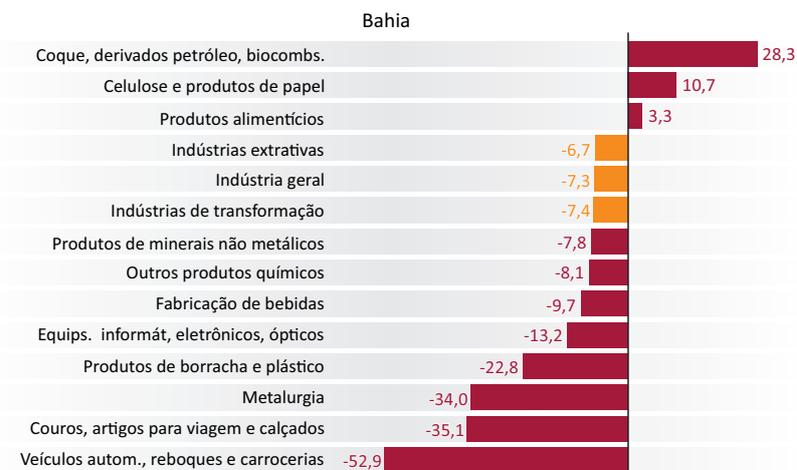
Gráfico 7 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Pernambuco - Acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O recuo na Bahia, para o 1º semestre (-7,3%), refletiu reduções tanto na indústria de transformação (-7,4%), quanto na extrativa (-6,7%), conforme Gráfico 8. Na seção de transformação, avançaram 3 das 11 atividades: coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (+28,3%); celulose e papel (+10,7%), e alimentos (+3,3%). Recuaram: veículos, reboques e carrocerias (-52,9%); couro, artigos para viagem e calçados (-35,1%); metalurgia (-34,0%); produtos de borracha e plástico (-22,8%); equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (-13,2%); bebidas (-9,7%); outros produtos químicos (-8,1%), e produtos de minerais não metálicos (-7,8%).

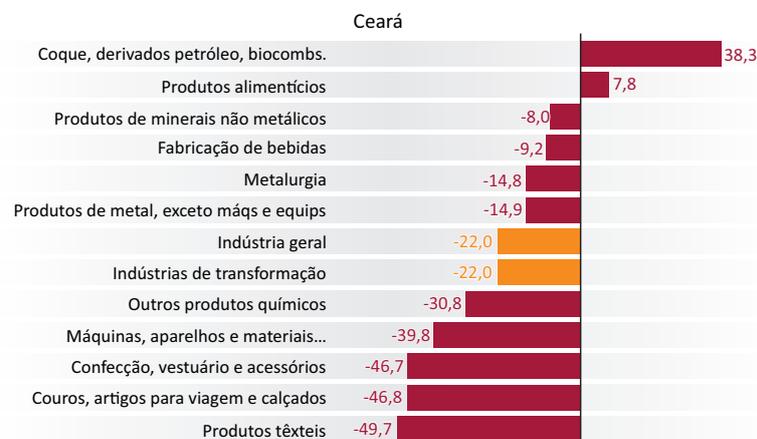
Gráfico 8 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Bahia - Acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

A retração no Ceará (-22,0%) também reflete apenas o desempenho da indústria de transformação (-22,0%), conforme aponta o Gráfico 9. Dentre as 11 atividades pesquisadas, apenas 2 cresceram no acumulado de 2020: coque e derivados do petróleo (+38,3%) e alimentos (+7,8%). Recuaram: têxteis (-49,7%); couro, artigos para viagem e calçados (-46,8%); confecções, vestuários e acessórios (-46,7%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-39,8%); outros produtos químicos (-30,8%); produtos de metal (-14,9%); metalurgia (-14,8%); bebidas (-9,2%), e produtos de minerais não metálicos (-8,0%).

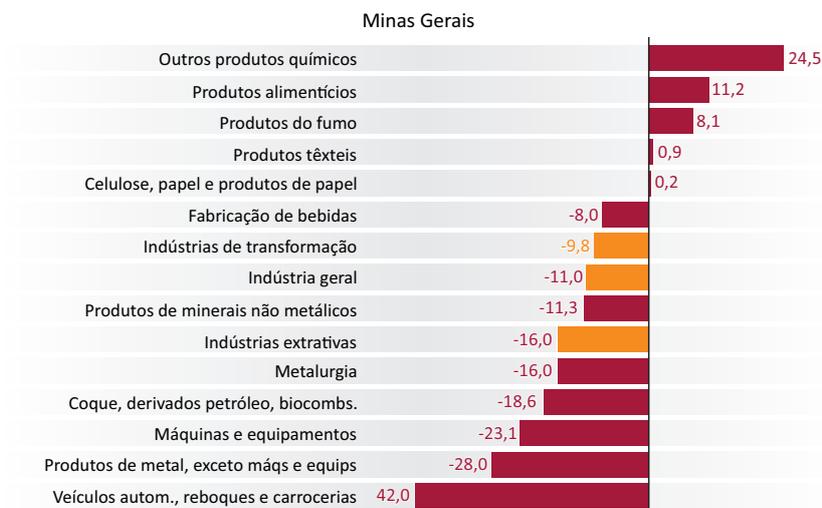
Gráfico 9 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Ceará - Acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em Minas Gerais (-11,0%), o Gráfico 10 aponta que o resultado foi principalmente puxado pela indústria extrativa (-16,0%), mas também houve retração na indústria de transformação (-9,8%), pressionada pela diminuição em 7 das 12 atividades pesquisadas: veículos, reboques e carrocerias (-42,0%); produtos de metal (-28,0%); máquinas e equipamentos (-23,1%); coque e derivados do petróleo (-18,6%); metalurgia (-16,0%); produtos de minerais não metálicos (-11,3%), e bebidas (-8,0%). Registraram aumento: outros produtos químicos (+24,5%); alimentos (+11,2%); produtos do fumo (+8,1%); têxteis (+0,9%), e celulose e papel (+0,2%).

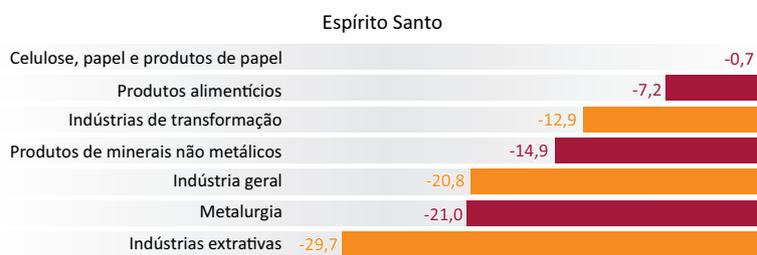
Gráfico 10 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Minas Gerais - acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O recuo na indústria do Espírito Santo (-20,8%), segundo menor resultado do País, foi influenciado, principalmente, pela indústria extrativa (-29,7%), mas conforme se observa no Gráfico 11, houve forte redução também na indústria de transformação (-12,9%). Nesta, não registrou elevação em nenhuma de suas 4 atividades pesquisadas: celulose e papel (-0,7%); alimentos (-7,2%); produtos de minerais não metálicos (-14,9%), e metalurgia (-21,0%).

Gráfico 11 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Espírito Santo - acumulado 1º semestre de 2020 (Base: igual período do ano anterior)

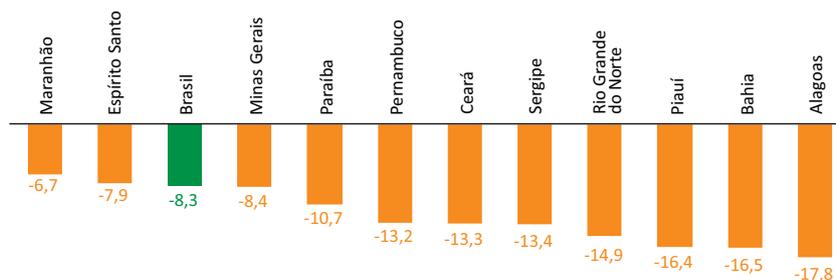


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

4 Setor de Serviços

Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional evidenciou um declínio de 12,1% em junho de 2020, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Todavia, em relação à análise da série dessazonalizada, comparando-se junho de 2020 com maio do mesmo ano, observa-se um crescimento de 5,0%. Em relação ao acumulado de janeiro a junho de 2020, verificou-se recuo de 8,3% (Gráfico 1) e no acumulado dos últimos 12 meses, ocorreu uma queda de 3,3%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2020 a junho/2020.

No que concerne às atividades, os Serviços prestados às famílias declinaram 35,2% no Brasil referente ao acumulado de janeiro a junho de 2020, seguido por Serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,5%); Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,5%); e Serviços de informação e comunicação (-2,6%). Em contrapartida, apenas Outros serviços apresentou crescimento de 5,1% no acumulado do ano, conforme a Tabela 1.

No que se refere às subatividades a nível nacional, foram observadas variações positivas em três delas: Transporte aquaviário (+13,7%), Serviços da tecnologia da informação (+6,4%) e Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correios (+1,9%). Em contraste, Serviços de alojamento e alimentação (-36,6%), Transporte aéreo (-35,2%) e Outros serviços prestados às famílias (-27,8%), Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (-18,1%), Transporte terrestre (-13,4%) registraram os declínios mais acentuados no acumulado do primeiro semestre de 2020, vide Tabela 1.

Observando a variação acumulada do ano sobre o volume de serviços, constata-se que o País e os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste registraram declínio no primeiro semestre de 2020. Maranhão (-6,7%) e Espírito Santo (-7,9%) foram os únicos estados a registrarem queda menor que a média nacional (-8,3%). Apresentaram declínios maiores que a média nacional os estados de Minas Gerais (-8,4%), Paraíba (-10,7%), Pernambuco (-13,2%), Ceará (-13,3%), Sergipe (-13,4%), Rio Grande do Norte (-14,9%), Piauí (-16,4%), Bahia (-16,5%) e Alagoas (-17,8%), conforme detalhado no Gráfico 1.

O IBGE disponibiliza os grupos de atividades do setor de serviços para cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, apenas Outros serviços apresentou crescimento (+10,0%). Em contrapartida, ocorreram declínios acentuados em Serviços prestados às famílias (-37,6%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-18,9%). Em Pernambuco, nenhum dos grupos de atividades apresentou resultados positivos, as maiores quedas ocorreram em Serviços prestados às famílias (-44,2%) e Outros serviços (-12,9%), como especificado na Tabela 1.

Na Bahia, não houve expansões. Por outro lado, as maiores retrações foram registradas em Serviços prestados às famílias (-36,5%) e em Outros serviços (-19,1%). Em Minas Gerais, foram registradas altas apenas em Serviços profissionais, administrativos e complementares (2,1%), enquanto Serviços prestados às famílias (-32,2%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-12,2%) registraram os maiores declínios. No Espírito Santo, também foram registradas grandes quedas em Serviços prestados às famílias (-32,0%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,1%), não ocorrendo nenhum crescimento nas atividades analisadas.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-35,2	-37,6	-44,2	-36,5	-32,2	-32,0
Serviços de alojamento e alimentação	-36,6	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-27,8	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-2,6	-1,5	-4,5	-9,3	-5,7	-5,5
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-0,4	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-3,9	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	6,4	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-18,1	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-10,5	-8,7	-8,8	-12,1	2,1	-11,1
Serviços técnico-profissionais	-7,1	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-11,7	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-8,5	-18,9	-8,7	-15,6	-12,2	-4,9
Transporte terrestre	-13,4	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	13,7	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-35,2	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,9	-	-	-	-	-
Outros serviços	5,1	10,0	-12,9	-19,1	-5,9	-6,1
Total	-8,3	-13,3	-13,2	-16,5	-8,4	-7,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2020 a junho/2020. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

A movimentação do emprego no segmento de Serviços no Brasil, no acumulado do primeiro semestre de 2020, registrou saldo negativo de 507.708 postos de trabalho. Esse resultado deriva dos 3,0 milhões de admitidos e 3,5 milhões de desligados no setor. O Nordeste finalizou o primeiro semestre com 73 mil postos de trabalhos excluídos, resultando do desligamento de 441.947 vagas formais e da admissão de 368.940 novos empregados no setor de Serviços.

Entre os Estados do Nordeste, com exceção do Maranhão que obteve um saldo positivo de 2.594 empregos formais em Serviços, as demais Unidades Federativas obtiveram saldos negativos no acumulado do primeiro semestre de 2020. O Estado com o maior saldo negativo foi a Bahia, que registrou perda de -27.109 postos no mesmo período, seguido por Pernambuco (-16.950), Ceará (-9.767), Paraíba (-5.404), Rio Grande do Norte (-4.953), Sergipe (-3.966), Piauí (-3.847) e Alagoas (-3.605), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Movimentação do emprego em Serviços - Número de pessoas

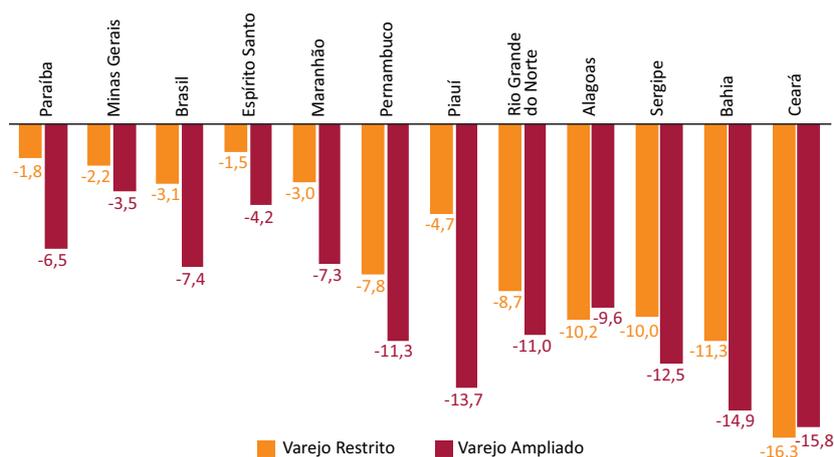
Estado/Região/País	Janeiro a Junho		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	28.413	25.819	2.594
Piauí	13.507	17.354	-3.847
Ceará	76.536	86.303	-9.767
Rio Grande do Norte	24.755	29.708	-4.953
Paraíba	20.336	25.740	-5.404
Pernambuco	73.693	90.643	-16.950
Alagoas	16.644	20.249	-3.605
Sergipe	12.846	16.812	-3.966
Bahia	102.210	129.319	-27.109
Nordeste	368.940	441.947	-73.007
Brasil	3.034.508	3.542.216	-507.708

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

5 Varejo

O comércio varejista restrito nacional cresceu +8,0% em junho de 2020, na comparação com o mês imediatamente anterior, e incremento de +0,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do primeiro semestre de 2020, observou-se retração de -3,1% (Gráfico 1) e nos últimos 12 meses, registrou-se discreta expansão de +0,1%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e Estados selecionados - Acumulado em 2020⁽¹⁾



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Variação acumulada de janeiro a junho de 2020.

Em relação ao varejo ampliado, que inclui o varejo restrito e a comercialização de veículos e material de construção, observou-se crescimento expressivo de +12,6% em junho de 2020, na comparação com o mês de maio do mesmo ano. Por outro lado, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrou-se queda de -0,9%. Além disso, no acumulado do primeiro semestre de 2020, o varejo ampliado apresentou declínio de -7,4% e recuo de -1,3% no acumulado dos últimos 12 meses.

Dentre os dez grupos de atividades pesquisados para o Brasil, apenas dois registraram crescimento no acumulado do primeiro semestre de 2020: Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+5,4%); e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+5,3%). As demais atividades apresentaram declínio, sendo as mais impactadas: Tecidos, vestuário e calçados (-38,9%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-28,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-22,9%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-21,8%); e Combustíveis e lubrificantes (-12,4%), conforme a Tabela 1.

Quanto ao comportamento do varejo restrito nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), no acumulado do primeiro semestre de 2020, nenhum dos Estados apresentou crescimento. Espírito Santo (-1,5%), Paraíba (-1,8%), Minas Gerais (-2,2%) e Maranhão (-3,0%) obtiveram uma queda menos severa em comparação com a média do Brasil (-3,1%). Os demais Estados obtiveram declínios significativos: Ceará (-16,3%), Bahia (-11,3%), Alagoas (-10,2%), Sergipe (-10,0%), Rio Grande do Norte (-8,7%), Pernambuco (-7,8%), Piauí (-4,7%), de acordo com o Gráfico 1.

Com relação ao varejo ampliado, quatro Estados apresentaram quedas inferiores ao Brasil (-7,4%) no primeiro semestre de 2020: Minas Gerais (-3,5%), Espírito Santo (-4,2%), Paraíba (-6,5%) e Maranhão (-7,3%). As demais Unidades Federativas apresentaram retrações mais acentuadas: Ceará (-15,8%), Bahia (-14,9%), Piauí (-13,7%), Sergipe (-12,5%), Pernambuco (-11,3%), Rio Grande do Norte (-11,0%) e Alagoas (-9,6%), como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco Estados pertencentes à área de atuação do BNB, como pode ser visto na Tabela 1. No acumulado do primeiro semestre de 2020, analisando-se os dez grupos de atividades para os Estados, no Ceará, apenas Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+0,1%) apresentou leve crescimento. Nas demais atividades, quedas expressivas foram verificadas em Tecidos, vestuário e calçados (-48,3%); e Móveis e eletrodomésticos (-39,1%). Em Pernambuco, Móveis e eletrodomésticos (+28,1%) apresentou destacada expansão, acompanhada de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+2,5%). Na Bahia, apenas Material de construção (+0,7%) registrou leve crescimento. Em contrapartida, Tecidos, vestuário e calçados (-47,5%); e Livros, jornais, revistas e papelaria (-39,9%) obtiveram resultados negativos. As atividades que apresentaram os maiores crescimentos nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo foram: Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,2%) e Material de construção (+27,1%), respectivamente, vide Tabela 1.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados Acumulado em 2020 ⁽¹⁾

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	-3,1	-16,3	-7,8	-11,3	-2,2	-1,5
Combustíveis e lubrificantes	-12,4	-20,0	-9,3	-10,9	-13,9	-21,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,4	0,1	-0,9	-0,1	3,4	8,1
Hipermercados e supermercados	6,3	2,6	2,3	1,1	4,7	10,5
Tecidos, vestuário e calçados	-38,9	-48,3	-39,7	-47,5	-22,0	-20,0
Móveis e eletrodomésticos	-1,3	-39,1	28,1	-8,9	-6,9	-3,5
Móveis	-4,4	-39,5	-7,9	-10,4	-2,4	-12,4
Eletrodomésticos	0,0	-38,4	42,3	-8,3	-7,6	-1,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,3	-7,3	2,5	-3,0	8,2	4,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-28,7	-26,7	-34,4	-39,9	-29,1	-26,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-22,9	-17,3	-24,8	-27,8	-0,1	-13,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,6	-25,5	-21,6	-26,5	-15,6	-20,5
Comércio varejista ampliado	-7,4	-15,8	-11,3	-14,9	-3,5	-4,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-21,8	-16,4	-20,6	-30,3	-9,0	-12,5
Material de construção	-1,9	-10,2	-12,0	0,7	-4,1	27,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro a junho de 2020.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a crise de proporções inéditas enfrentada pelo varejo nos últimos meses levou o setor a registrar um saldo negativo de 135,2 mil lojas no País com vínculos empregatícios, entre abril e junho de 2020. A crise econômica tem sido de tal ordem, que o saldo negativo naquele período superou a perda anual de estabelecimentos comerciais de 2016 (-105,3 mil).

Embora nenhum ramo do varejo tenha registrado expansão no número de pontos de vendas entre abril e junho, os segmentos mais atingidos pela crise se caracterizaram pela predominância na comercialização de itens considerados não essenciais.

Enquadram-se nessa situação os seguintes ramos: Lojas de utilidades domésticas (-35,3 mil estabelecimentos ou -12,9% do total de lojas antes da pandemia de Covid-19); vestuário, tecidos, calçados e acessórios (-34,5 mil lojas ou -17,0%); e comércio automotivo (-20,5 mil ou -9,9%). O varejo de produtos de informática e comunicação foi o segmento a registrar as menores perdas absolutas (-1,2 mil) e relativas (-3,6%) no número de estabelecimentos em operação no Brasil.

Quanto aos ramos do chamado varejo essencial, ocorreram perdas de lojas, porém com menor intensidade que a média do setor (-9,9%), a exemplo de hiper, super e minimercados (-4,9% ou -12,0 mil lojas) e das farmácias, perfumarias e lojas de cosméticos (-4,3% ou -5,3 mil). Mesmo autorizado a funcionar na maior parte do País, o ramo de combustíveis e lubrificantes se viu indiretamente prejudicado pela queda na circulação de consumidores (-12,2% ou -5,4 mil pontos).

Regionalmente, todas as Unidades da Federação registraram contração no número de pontos de venda, sendo a maior incidência observada nos Estados de São Paulo (-40,4 mil), Rio de Janeiro (-11,4 mil), Rio Grande do Sul (-9,7 mil) e Paraná (-9,5 mil).

Seguem a redução do número de pontos de vendas nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste: Minas Gerais (-16,1 mil); Bahia (-6,4 mil); Pernambuco (-4,3 mil); Ceará (-3,3 mil); Espírito Santo (-3,2 mil); Paraíba (-1,7 mil); Maranhão (-1,6 mil); Rio Grande do Norte (-1,2 mil); Alagoas (-1,2 mil); Piauí (-1,2 mil); e Sergipe (-0,9 mil).

Quanto à situação do mercado de trabalho no setor comercial, verificou-se saldo negativo na movimentação de trabalhadores no Brasil (-482 mil empregados), no Nordeste (-74 mil pessoas) e em todos os Estados do Nordeste, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Movimentação de trabalhadores no Brasil, Nordeste e Estados selecionados no primeiro semestre de 2020

Estado/Região/País	Janeiro a Junho de 2020		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	19.589	23.255	-3.666
Piauí	9.679	12.656	-2.977
Ceará	30.908	46.574	-15.666
Rio Grande do Norte	13.460	17.088	-3.628
Paraíba	13.255	17.479	-4.224
Pernambuco	31.947	48.669	-16.722
Alagoas	9.455	12.973	-3.518
Sergipe	6.688	10.105	-3.417
Bahia	51.167	70.942	-19.775
Nordeste	186.148	259.741	-73.593
Brasil	1.471.682	1.953.470	-481.788

Para 2020, a CNC projeta recuo de 6,9% no volume de vendas do varejo. Levando-se em conta esse cenário e a defasagem existente entre o crescimento das vendas e a natural contrapartida na abertura de novos pontos de venda no varejo nacional, a expectativa da entidade é de que, o varejo brasileiro chegue ao final deste ano com 1,252 milhão de estabelecimentos com vínculos empregatícios, menos 88,7 mil, na comparação com final de 2019.

6 Turismo

A crise econômica tem gerado impactos negativos severos nas atividades turísticas do País. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor contraiu -58,6% em junho de 2020, comparado a igual mês do ano anterior. Mesmo com o crescimento de +19,8% em relação a maio do mesmo ano, o setor de turismo registrou retração de -34,6%, no acumulado do primeiro semestre de 2020, e de -15,7% nos últimos 12 meses, conforme especificado na Tabela 1.

Os impactos negativos também se refletiram nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. Especificamente na comparação mensal, o volume das atividades turísticas retraiu -70,9% na Bahia em junho de 2020 em comparação com igual mês de 2019. Também registraram quedas, nessa base de comparação: Pernambuco (-69,4%), Ceará (-69,3%), Espírito Santo (-55,9%) e Minas Gerais (-54,0%).

Além disso, as atividades turísticas recuaram, no primeiro semestre de 2020, no Ceará (-39,2%), Pernambuco (-37,8%), Espírito Santo (-35,5%), Minas Gerais (-34,1%) e Bahia (-33,3%), como pode ser verificado na Tabela 1.

No acumulado de 12 meses, o volume de serviços declinou tanto no Brasil (-15,7%) quanto nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste: Minas Gerais (-14,5%), Espírito Santo (-15,1%), Bahia (-16,2%), Ceará (-18,4%) e Pernambuco (-19,0%).

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços

Estado/País	Acumulado		
	jun 2020/jun 2019	jan a jun/2020	Acumulado em 12 meses
Ceará	-69,3	-39,2	-18,4
Pernambuco	-69,4	-37,8	-19,0
Bahia	-70,9	-33,7	-16,2
Minas Gerais	-54	-34,1	-14,5
Espírito Santo	-55,9	-35,5	-15,1
Brasil	-58,6	-34,6	-15,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Registre-se ainda que o Brasil apresentou 329.187 admissões e 633.951 desligamentos no setor de Alojamento e Alimentação no acumulado de janeiro a junho de 2020. O Nordeste, por sua vez, registrou 40.862 admissões e 93.995 desligamentos no setor de Alojamento e Alimentação no acumulado do primeiro semestre de 2020, ou seja, a Região foi responsável por 53.133 postos de trabalhos perdidos no País, ou 17,4% do total. Somente no ramo de hotéis e similares, o número de demissões chegou a 29.814 no Nordeste, resultando em um saldo negativo de 21.134 postos perdidos.

Seguem os saldos nos Estados do Nordeste no acumulado de janeiro a junho no setor de Alojamento e Alimentação: Bahia (-19.106), Pernambuco (-10.726), Ceará (-9.169), Rio Grande do Norte (-3.803), Alagoas (-2.906), Paraíba (-2.320), Maranhão (-1.917), Piauí (-1.603) e Sergipe (-1.583), conforme especificado na Tabela 2.

O número de pousos e decolagens de aviões civis comerciais, além da movimentação de passageiros em aeroportos representa uma *proxy* da atividade turística. Conforme divulgado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram realizados 465,2 mil pousos e decolagens nos aeródromos brasileiros no período de janeiro a junho de 2020, incluindo tanto voos de natureza doméstica quanto internacional, significando recuo de 45,3% em igual período do ano passado, quando foram realizados 850,9 mil pousos e decolagens.

Tabela 2 – Admitidos e desligados em Alojamento e Alimentação - Número de pessoas

Estados e Região	Janeiro a Junho		
	Admitidos	Desligados	Saldo
Maranhão	2.187	4.104	-1.917
Piauí	1.711	3.314	-1.603
Ceará	7.727	16.896	-9.169
Rio Grande do Norte	3.492	7.295	-3.803
Paraíba	2.691	5.011	-2.320
Pernambuco	7.283	18.009	-10.726
Alagoas	2.621	5.527	-2.906
Sergipe	1.476	3.059	-1.583
Bahia	11.674	30.780	-19.106
Nordeste	40.862	93.995	-53.133
Brasil	329.187	633.951	-304.764

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

Por sua vez, os embarques e desembarques (nacionais e internacionais) de passageiros no Brasil totalizaram 52,9 milhões no primeiro semestre de 2020, ante 103,0 milhões em iguais meses de 2019, representando declínio de 48,6% no período, conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 – Brasil, Nordeste e Estados: Número de Pousos e Decolagens

Estado/Região/País	Janeiro a Junho		
	2019	2020	Variação (%)
Maranhão	7.668	3.741	-51,2
Piauí	4.525	2.279	-49,6
Ceará	25.880	14.042	-45,7
Rio Grande do Norte	8.371	5.010	-40,2
Paraíba	5.847	3.274	-44,0
Pernambuco	38.190	21.592	-43,5
Alagoas	7.481	4.356	-41,8
Sergipe	4.448	2.531	-43,1
Bahia	40.839	23.608	-42,2
Nordeste	143.249	80.433	-43,9
Brasil	850.859	465.156	-45,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da ANAC.

Por sua vez, a variação da movimentação de passageiros de voos de natureza doméstica apresentou retração de -47,8% e os de natureza internacional registrou diminuição de -54,5%.

Em relação às regiões, o Sudeste (22,7 milhões) seguiu liderando a movimentação de passageiros no País no primeiro semestre de 2020, seguido pelo Sul (11,9 milhões), Nordeste (9,9 milhões), Centro-Oeste (5,8 milhões) e Norte (2,7 milhões). A tendência de declínio na movimentação de pessoas nos aeroportos no primeiro semestre de 2020 foi mais acentuada no Centro-Oeste (-51,9%), vindo na sequência o Sul (-49,2%), Sudeste (-49,1%), Norte (-45,4%) e Nordeste (-45,1%), conforme especificado na Tabela 4.

O Centro-Oeste registrou o maior declínio, quando se confronta o total de embarques no primeiro semestre de 2020 frente ao mesmo período de 2019 (-52,6%). Seguem o Sudeste (-49,7%), Sul (-49,0%), Norte (-45,9%) e Nordeste (-44,5%). Em relação ao somatório de desembarques, o Centro-Oeste apresentou variação negativa de -51,3%, seguido do Sul (-49,3%), Sudeste (-48,6%), Nordeste (-45,8%) e Norte (-45,0%).

Tabela 4 – Movimentação de passageiros no Brasil e Regiões - Em milhões de pessoas

Região/País	Janeiro a Junho		
	2019	2020	Var. %
Nordeste	17.990	9.873	-45,1
Norte	4.973	2.714	-45,4
Centro-oeste	11.989	5.762	-51,9
Sudeste	44.643	22.720	-49,1
Sul	23.390	11.888	-49,2
Brasil	102.984	52.958	-48,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da ANAC.

Na comparação do primeiro semestre de 2020 frente a igual período do ano anterior, a Região Norte registrou queda de -54,6% nos desembarques internacionais, seguido do Sudeste (-53,7%), Nordeste (-52,9%), Sul (-51,8%) e Centro-Oeste (-50,3%). Em relação aos embarques internacionais, todas as regiões apresentaram variações negativas. O Norte apresentou queda de -59,1%, seguido do Sudeste (-57,3%), Centro-Oeste (-55,6%), Nordeste (-54,3%) e Sul (-52,4%).

Quanto aos Estados do Nordeste, Bahia (2,8 milhões), Pernambuco (2,5 milhões) e Ceará (1,9 milhão) lideram a movimentação de passageiros na Região no primeiro semestre de 2020. Em conjunto, referidos Estados responderam por 72,7% dos fluxos de pessoas nos aeroportos da Região. Seguiram Rio Grande do Norte (646 mil), Alagoas (590 mil), Maranhão (467 mil), Paraíba (410 mil), Sergipe (299 mil) e Piauí (297 mil), respondendo por 27,3% dos fluxos da Região, como mostra a Tabela 5.

Verifica-se, contudo, que todos os Estados do Nordeste apresentaram declínios na movimentação de passageiros, quando se compara o primeiro semestre de 2020 com iguais meses de 2019. Os maiores declínios verificaram-se no Maranhão (-49,7%), Ceará (-49,1%), Piauí (-47,7%), Pernambuco (-45,7%), Paraíba (-45,4%), Sergipe (-44,7%), Alagoas (-43,1%), Rio Grande do Nordeste (-42,8%) e Bahia (-41,4%), vide Tabela 5.

Tabela 5 – Embarques e desembarques no Nordeste e Estados - Número de passageiros

Estado/Região/País	Janeiro a Junho		
	2019	2020	Variação (%)
Maranhão	929.434	467.154	-49,7
Piauí	567.062	296.724	-47,7
Ceará	3.660.953	1.863.318	-49,1
Rio Grande do Norte	1.130.544	646.415	-42,8
Paraíba	750.500	410.132	-45,4
Pernambuco	4.553.997	2.473.860	-45,7
Alagoas	1.037.961	590.930	-43,1
Sergipe	540.771	298.846	-44,7
Bahia	4.818.773	2.825.639	-41,4
Nordeste	17.989.995	9.873.018	-45,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da ANAC.

7 Mercado de Trabalho

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no Brasil, as demissões superaram as contratações com carteira assinada em 1.198.363 postos de trabalho, no primeiro semestre de 2020. Foram 7.916.639 de desligamentos e 6.718.276 de contratações. O resultado do saldo negativo no acumulado de janeiro a junho é o pior desde os últimos 10 anos, segundo a série disponibilizada pelo Ministério da Economia.

No País, quatro dos cinco grupos das atividades econômicas apresentaram desempenho negativo no primeiro semestre de 2020. O setor de Serviços (-507.708 empregos) obteve o maior fechamento líquido de postos de trabalho, distribuído principalmente nas atividades de alojamento e alimentação (- 298.920 postos), Informação, comunicação e atividades financeira e administrativas (-142.303 postos) e Transporte, armazenagem e correio (-88.194 postos).

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, apresentou extinção de -474.511 vagas no País, para o acumulado de janeiro a junho de 2020. Em termos relativos, entre as atividades econômicas, o Comércio (-5,09%) apresentou a maior variação relativa negativa em relação ao estoque de dezembro de 2019.

No mesmo período, também registraram perda de empregos a Indústria geral (-246.593 postos), com as maiores perdas concentradas na Indústria de transformação (-242.763 postos). O setor da Construção civil registrou -32.092 perdas de emprego, de acordo com dados da Tabela 1.

Por outro lado, no País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pela abertura de +62.633 vagas no período em análise. O cultivo de café (+23.893), cana-de-açúcar (+8.504), soja (+7.442) e criação de bovinos (+6.213) foram as atividades agropecuárias que mais geraram emprego no primeiro semestre de 2020.

Tabela 1 - Brasil: Admitidos, desligados e saldo, por atividade econômica - 1º semestre 2020

Grupamento de Atividades Econômicas	Junho de 2020				Acumulado de janeiro a junho de 2020			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agricultura, pecuária, prod. florestal, pesca e aquicultura	83.241	46.405	36.836	2,43	437.999	375.366	62.633	4,21
Indústria geral	144.508	148.053	-3.545	-0,05	1.093.371	1.339.964	-246.593	-3,28
Indústrias Extrativas	3.505	2.872	633	0,30	20.127	20.021	106	0,05
Indústrias de Transformação	135.990	138.500	-2.510	-0,04	1.031.137	1.273.900	-242.763	-3,55
Eletricidade e Gás	730	1.071	-341	-0,27	6.020	6.222	-202	-0,16
Água, esgoto e ativ. de gestão de resíduos	4.283	5.610	-1.327	-0,41	36.087	39.821	-3.734	-1,13
Construção	113.162	95.892	17.270	0,82	692.580	724.672	-32.092	-1,48
Comércio	188.312	204.958	-16.646	-0,19	1.459.818	1.934.329	-474.511	-5,09
Serviços	366.237	411.128	-44.891	-0,25	3.034.508	3.542.216	-507.708	-2,77
Transporte, armazenagem e correio	47.261	55.572	-8.311	-0,36	348.620	436.814	-88.194	-3,70
Alojamento e alimentação	17.257	52.597	-35.340	-2,05	326.283	625.203	-298.920	-15,02
Informação, com. e ativ. financeiras e adm.	220.084	207.786	12.298	0,16	1.568.255	1.710.558	-142.303	-1,87
Adm. pública, defesa e seg. social, educação, saúde	66.798	72.817	-6.019	-0,12	621.920	551.627	70.293	1,41
Serviços domésticos	43	38	5	0,14	321	364	-43	-1,19
Outros serviços	14.794	22.318	-7.524	-0,57	169.109	217.650	-48.541	-3,59
Brasil	895.460	906.444	-10.984	-0,03	6.718.276	7.916.639	-1.198.363	-3,09

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Regionalmente, o Sudeste obteve pior desempenho, com saldo negativo de -690.733 postos de trabalho para o acumulado do primeiro semestre de 2020. Segue o Nordeste (-258.882), Sul (-195.152), Centro-Oeste (-27.351) e Norte (-27.028), para o mesmo período em análise. Os resultados refletem, em certa medida, os efeitos da pandemia da Covid-19 na economia brasileira. A Tabela 2 detalha os resultados regionais.

Tabela 2 - Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo - 1º semestre 2020

Brasil e Regiões	Junho de 2020				Acumulado de janeiro a junho de 2020			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Norte	43.004	36.457	6.547	0,37	284.396	311.424	-27.028	-1,52
Nordeste	107.167	108.508	-1.341	-0,02	809.879	1.068.761	-258.882	-4,07
Sudeste	467.234	495.755	-28.521	-0,15	3.540.684	4.231.417	-690.733	-3,43
Sul	186.091	184.392	1.699	0,02	1.449.034	1.644.186	-195.152	-2,69
Centro-Oeste	91.286	81.276	10.010	0,31	633.287	660.638	-27.351	-0,84
Brasil	895.460	906.444	-10.984	-0,03	6.718.276	7.916.639	-1.198.363	-3,09

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

O Nordeste obteve o segundo saldo mais desfavorável entre as Regiões do Brasil, com redução de -258.882 empregos com carteira assinada no primeiro semestre de 2020, com 809.879 admitidos e 1.068.761 desligados, conforme informações da Tabela 3.

O resultado deriva do forte impacto da pandemia na economia da Região, principalmente, no setor da Indústria, que eliminou -81.035 postos no primeiro semestre de 2020. Desse total, a Indústria de Transformação eliminou -77.731 empregos formais, sendo as maiores perdas na Fabricação de produtos alimentícios (-38.127 postos, parte ligada à indústria do açúcar, -26.319 postos), Preparação de couros e fabricação de couro, artigos para viagem e calçados (-12.145 postos) e Confecção de artigos do vestuário (-9.843 postos).

Entre as atividades da Indústria de Transformação, as únicas com geração de emprego no Nordeste para o acumulado de janeiro a junho de 2020, foram: a Fabricação de produtos químicos (+639 postos) e Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+200 postos).

Conforme dados da Tabela 3, todos os cinco grupos da atividade econômica registraram saldo negativo no acumulado do primeiro semestre de 2020. Além da Indústria Geral (-81.035 postos), Comércio (-71.746 postos) e Serviços (-71.071 postos) também tiveram significativas perdas de emprego formal. A Construção Civil (-21.358 postos) e a Agropecuária (-13.672 postos), foram as atividades econômicas menos afetadas pela pandemia da Covid-19.

Tabela 3 - Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade - 1º semestre 2020

Atividade Econômica	Junho de 2020			Acumulado de janeiro a junho de 2020		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Agropecuária	8.972	4.548	4.424	28.325	51.997	-13.672
Comércio	21.521	25.322	-3.801	184.621	256.367	-71.746
Construção Civil	18.962	15.969	2.993	118.751	140.109	-21.358
Indústria	15.141	15.251	-110	105.367	186.402	-81.035
Serviços	42.571	47.418	-4.847	362.815	433.886	-71.071
Nordeste	107.167	108.508	-1.341	809.879	1.068.761	-258.882

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

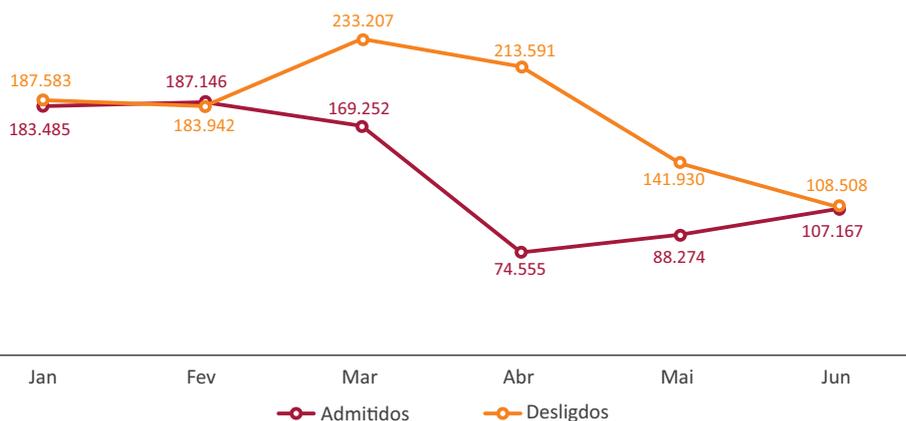
Segundo o Ministério da Economia, os dados mostram que a queda no número de contratações na Região nos meses de março e abril contribuiu, de forma expressiva, para o saldo negativo de empregos formais no acumulado de 2020, conforme mostram os Gráficos 1 e 2.

BNB Conjuntura Econômica Abr-Jun/2020

Em março de 2020, mês de início das medidas de isolamento social devido à pandemia da Covid-19, o saldo de emprego formal no Nordeste ficou negativo em -63.955 postos. E, no mês de abril, verificou-se perda de -139.036 vagas de emprego.

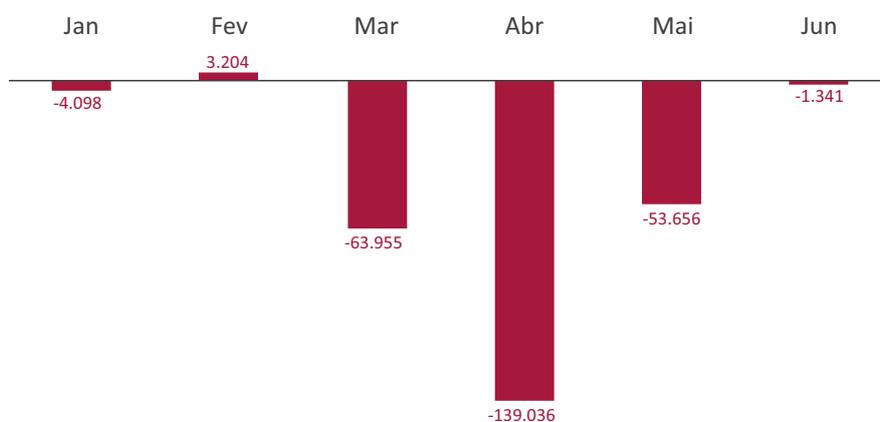
Nos meses de maio e junho de 2020, mesmo com aumento das contratações e redução das demissões, os saldos ainda foram negativos, com extinção de -53.656 e -1.341 empregos, respectivamente. O resultado absoluto das perdas de emprego no acumulado de 2020 é considerado alto, mas, demonstra que o Nordeste registrou moderada retomada das contratações em maio e junho de 2020 (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Nordeste: Evolução dos Admitidos e Desligados - Janeiro a junho de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Gráfico 2 - Nordeste: Evolução do Saldo - Janeiro a junho de 2020



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

A Covid-19 provocou, além do isolamento social, a paralisação de diversos setores da economia no território nacional, a partir da segunda quinzena de março de 2020. Desta forma, o mercado de trabalho foi fortemente afetado pelos efeitos da pandemia no primeiro semestre de 2020.

Neste mesmo período, especificamente nas Unidades Federativas do Nordeste, todas registraram perdas de postos de emprego na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, para os seis primeiros meses de 2020 (Tabela 4).

Pernambuco (-67.896) reduziu o estoque de emprego no 1º semestre de 2020, configurando o Estado com maior perda de postos de trabalho na Região. Tal resultado deriva da contração do nível de emprego na Indústria (-22.207, tendo a *Indústria de produtos alimentícios* apresentado perda expressiva, -13.146 postos), vindo a seguir: Serviços (-17.587), Comércio (-16.388), Construção Civil (-6.280) e Agropecuária (-5.434). No recorte municipal, Recife (-19.810), Ipojuca (-4.849), Jaboatão dos Guararapes (-4.708), Cabo

do Santo Agostinho (-3,287), Caruaru (-3.179) e Olinda (-3,038) foram os municípios com maiores perdas de emprego em Pernambuco.

Bahia (-60.391) registrou o segundo maior saldo negativo na Região, no acumulado do primeiro semestre de 2020. As atividades econômicas que registraram queda no nível de emprego foram: Serviços (-26.231), Comércio (-19.292), Construção Civil (-8.920) e Indústria (-7.713). Apenas, o setor Agropecuário (+1.765, favorecido pela geração de emprego no Cultivo de Manga, +889) contribuiu com a formação de novos empregos, de janeiro a junho de 2020. Nesse período, os municípios que mais perderam postos de trabalho foram: Salvador (-21.242), Porto Seguro (-6.502), Feira de Santana (-4.195), Camaçari (-4.322), Lauro de Freitas (-3.457), Mata de São João (-2.342) e Vitória da Conquista (-2.337).

Ceará (-41.580) apresentou 194.386 desligados e 152.806 admitidos, registrando saldo negativo no primeiro semestre de 2020. Setorialmente, o Estado foi fortemente impactado pelo resultado do Comércio (-15.284, especialmente o Comércio varejista, -10.836) e da Indústria geral (-14.994, as maiores perdas na Fabricação de calçados, com -5.944). As demais atividades também perderam postos de emprego: Serviços (-9.056), Agropecuária (-1.241) e Construção Civil (-1.005). Entre os municípios mais afetados estão: Fortaleza (-22.264), Maracanaú (-3.142), Juazeiro do Norte (-1.826), Caucaia (-1.394), Sobral (-1.046) e Santa Quitéria (-1.046).

Alagoas (-28.766) reduziu o nível de emprego de janeiro a junho de 2020. O Estado foi afetado, sobretudo, pela extinção de postos na Indústria (-20.630), com perdas significativas na Fabricação e refino do açúcar (-20.105). Também, apresentaram redução no nível de emprego: Comércio (-3.513), Serviços (-3.354) e Agropecuária (-1.604). Todavia, Alagoas aferiu saldo positivo na Construção (+335), principalmente nas Obras de Infraestrutura (+680). Nesse período, Maceió (-5.725), Rio Largo (-4.463) e São Miguel dos Campos (-2.930) apresentaram as maiores perdas.

Paraíba (-19.295) também obteve saldo negativo no balanço dos admitidos e desligados. O resultado deriva do desempenho desfavorável em todos os setores do Estado: Indústria (-7.268), Serviços (-5.284), Comércio (-4.113), Agropecuária (-2.137) e Construção Civil (-493). A crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus atingiu o mercado de trabalho dos municípios de João Pessoa (-7.377), Rio Tinto (-1.626) e Mamanguape (-1.540).

Rio Grande do Norte (-15.761) registrou saldo negativo no acumulado de janeiro a junho de 2020. Serviços (-4.756) e Agropecuária (-4.747) foram os mais atingidos pela crise provocada pela pandemia da Covid-19; Comércio (-3.498) e Indústria (-3.333) também tiveram perdas de emprego. Em contrapartida, Construção Civil (+573, com maior peso da criação de emprego em Obras de Infraestrutura, +574) foi o único setor com geração de novas vagas. Entre os municípios mais atingidos estão: Natal (-7.549), Mossoró (-2.796) e Baía Formosa (-1.238).

Sergipe (-14.227) recuou o nível do estoque de emprego, no 1º semestre de 2020. Todos os setores apresentaram saldo negativo: Indústria (-3.840), Serviços (-3.821), Comércio (-3.371), Construção Civil (-1.813) e Agropecuária (-1.382). Os municípios que mais perderam empregos em regime CLT foram: Aracaju (-6.291), Laranjeiras (-1.739), Capela (-1.531) e Nossa Senhora do Socorro (-1.081).

No Piauí (-8.754), houve diminuição no nível de empregos nos seis primeiros meses de 2020. Resultado decorrente da extinção de postos de trabalho nos setores: Serviços (-3.714), Comércio (-2.799), Construção (-2.189) e Indústria (-720). Houve geração apenas no setor da Agropecuária (+593), em especial no Cultivo de Soja (+638). Entre os municípios mais afetados estão: Teresina (-9.112) e Parnaíba (-370).

Maranhão (-2.212) foi o Estado da Região com menor saldo negativo de emprego no 1º semestre de 2020. O resultado foi sentido pelo baixo desempenho do Comércio (-3.488) e Construção (-1.641). A Indústria (-330) também perdeu postos de emprego. Entretanto, Serviços (+2.732) e Agropecuária (+515) geraram novos postos de trabalho, de janeiro a junho de 2020.

Nesse mesmo período, os municípios de Imperatriz (-1.564) e Açailândia (-1.124) registraram perdas de emprego mais expressivas. Enquanto, São Luís (+1.442) registrou geração de emprego, sendo a única Capital da Região com saldo positivo no 1º semestre de 2020.

Tabela 4 - Estados do Nordeste: Movimentação de admitidos, desligados e saldo - 1º sem 2020

Estados	Movimentação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Junho	Gráficos	Acumulado 2020
Maranhão	Admitidos	13.056	13.374	12.281	7.113	8.862	11.905		67.198
	Desligados	12.698	10.941	13.234	13.096	10.100	7.998		69.410
	Saldo	358	2.433	-953	-5.983	-1.238	3.907		-2.212
Piauí	Admitidos	8.080	7.965	7.872	2.368	2.901	5.061		34.486
	Desligados	8.079	6.785	8.255	8.361	6.260	4.755		43.240
	Saldo	1	1.180	-383	-5.993	-3.359	306		-8.754
Ceará	Admitidos	36.124	37.269	32.702	12.573	14.347	18.667		152.806
	Desligados	33.258	29.430	38.698	45.195	23.823	20.407		194.386
	Saldo	2.866	7.839	-5.996	-32.622	-9.476	-1.740		-41.580
Rio Grande do Norte	Admitidos	12.146	12.503	11.726	4.513	6.132	9.469		56.915
	Desligados	13.003	14.270	13.859	13.471	9.159	7.723		72.676
	Saldo	-857	-1.767	-2.133	-8.958	-3.027	1.746		-15.761
Paraíba	Admitidos	11.146	11.937	11.302	3.414	4.497	5.642		48.437
	Desligados	13.752	14.887	12.258	12.151	7.902	5.584		67.732
	Saldo	-2.606	-2.950	-956	-8.737	-3.405	58		-19.295
Pernambuco	Admitidos	33.899	33.602	28.751	13.870	16.887	17.387		146.248
	Desligados	34.872	34.329	57.003	40.524	23.839	20.651		214.144
	Saldo	-973	-727	-28.252	-26.654	-6.952	-3.264		-67.896
Alagoas	Admitidos	8.865	9.243	8.025	3.049	4.999	5.560		40.174
	Desligados	14.151	17.670	13.751	10.335	7.371	4.697		68.940
	Saldo	-5.286	-8.427	-5.726	-7.286	-2.372	863		-28.766
Sergipe	Admitidos	7.794	7.159	5.820	2.284	2.564	3.910		29.903
	Desligados	7.457	9.101	8.716	7.413	5.974	4.594		44.130
	Saldo	337	-1.942	-2.896	-5.129	-3.410	-684		-14.227
Bahia	Admitidos	51.196	52.617	48.964	24.030	24.664	29.566		233.712
	Desligados	48.829	44.503	63.922	58.738	41.697	32.099		294.103
	Saldo	2.367	8.114	-14.958	-34.708	-17.033	-2.533		-60.391
Nordeste	Admitidos	182.306	185.669	167.443	73.214	85.853	107.167		809.879
	Desligados	186.099	181.916	229.696	209.284	136.125	108.508		1.068.761
	Saldo	-3.793	3.753	-62.253	-136.070	-50.272	-1.347		-258.882

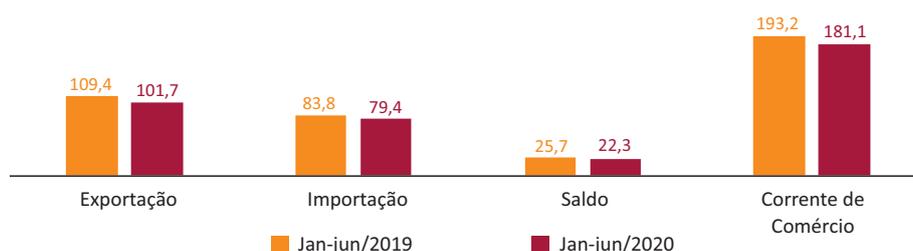
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

8 Comércio Exterior

A crise global desencadeada pela pandemia de Covid-19 paralisou indústrias, interrompeu cadeias de suprimento globais e afetou os preços internacionais dos produtos comercializados. Além disso, a redução da demanda interna, da atividade produtiva e a desvalorização do real refletiram no resultado do comércio exterior do País.

A balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 22.323,1 milhões, no primeiro semestre de 2020, valor 13,1% inferior ao registrado em mesmo período no ano anterior (US\$ 25.680,2 milhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/07/2020).

As exportações brasileiras atingiram US\$ 101.719,6, revelando queda de 7,1%, nesse período comparativo. A crise global gerada pela pandemia do novo Coronavírus provocou a queda dos preços internacionais, não só de *commodities*, mas também de produtos de maior valor agregado.

As importações somaram US\$ 79.396,5 milhões, com queda de 5,2%, no semestre, sobre mesmo período de 2019, provocada pela alta do dólar norte-americano e pela retração na atividade econômica.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 181.116,1 milhões, no acumulado do ano, contra US\$ 193.216,0 milhões, no acumulado até junho de 2019 (Gráfico 1).

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 1) mostra que, de janeiro a junho deste ano, o setor Agropecuário, responsável por 25,3% das vendas externas, foi o único a registrar crescimento (+21,5%), no período em análise. Esse desempenho resulta da forte competitividade do País nas exportações dos produtos deste setor, aliada à elevada demanda mundial, sobretudo do continente asiático.

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - US\$ milhões

Atividade Econômica	jan-jun/2020		jan-jun/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	25.747,7	25,3	21.185,8	19,4	21,5
Indústria Extrativa	21.449,3	21,1	23.601,7	21,6	-9,1
Indústria de Transformação	54.118,6	53,2	64.125,0	58,6	-15,6
Outros Produtos	403,9	0,4	535,6	0,5	-24,6
Total	101.719,6	100,0	109.448,1	100,0	-7,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/07/2020).

Soja foi o principal produto de exportação do País, respondendo por 20,2% da pauta, alcançando (US\$ 20.527,7 milhões), crescimento de 34,6% no período jan-jun/2020 ante jan-jun/2019. No acumulado do ano, os embarques do grão alcançaram 60,3 milhões de toneladas (+38,0%), com a China adquirindo 43,4 milhões de toneladas (71,8% do total).

Em segundo e terceiro lugares no *ranking* de vendas dos produtos da agropecuária brasileira, vieram Café em grão (US\$ 2.263,5 milhões - queda de 0,5%) e Algodão (US\$ 1.304,0 milhões - aumento de 43,6%).

A Indústria Extrativa, com 21,1% de participação nas exportações totais do País, no acumulado até junho, registrou queda nas vendas de 9,1%, em relação ao mesmo período de 2019. As vendas do principal produto do setor, Óleos brutos de petróleo (10,2% da pauta do País - US\$ 10.1363,1 milhões), decresceram 13,7%, apesar do volume embarcado ter registrado incremento de 30,3%, devido à queda dos preços da *commodity*.

As vendas de produtos da Indústria de Transformação representaram mais da metade da pauta exportadora (53,2%), com queda de 15,6%, no período em análise, devido, principalmente, à redução das exportações de Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis (-99,9%); Pastas químicas de madeira (-30,6%), Aviões e outros veículos aéreos (-68,0%) e Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (-50,5%).

Por outro lado, merecem destaque o aumento das vendas de Carnes desossadas de bovino, congeladas (42,4%), Açúcares de cana (47,3%), Óleo combustível (29,9%) e Bulhão dourado (70,1%).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 47,8% do total das vendas externas, nos seis primeiros meses de 2020: China (33,8% do total: Soja - 43,0%; Minérios de ferro e seus concentrados - 18,2%; Óleos brutos de petróleo - 17,4%); Estados Unidos (9,9%: Produtos semimanufaturados de ferro ou aço - 11,1%; Óleos brutos de petróleo - 6,0%; Demais produtos manufaturados - 5,6%); e Países Baixos (Holanda) (4,2%: Soja - 21,8%; Óleos brutos de petróleo - 9,4%; Farelo e resíduos da extração de óleo de soja - 8,6%). As exportações para a China cresceram 14,6%, relativamente ao primeiro semestre de 2019. Por outro lado, as vendas para os Estados Unidos recuaram 31,7% e as direcionadas para os Países Baixos, 0,8%.

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela crescimento nas aquisições de Bens de capital (+27,7%) influenciadas pela compra/nacionalização de duas plataformas de petróleo, no valor total de US\$ 2,7 bilhões, ocorrida no mês de maio.

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - US\$ milhões

Categoria Econômica	jan-jun/2020		jan-jun/2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	14.907,6	18,8	11.677,3	13,9	27,7
Bens intermediários	46.842,7	59,0	50.130,0	59,8	-6,6
Bens de consumo	10.363,3	13,1	11.856,4	14,2	-12,6
Bens de consumo não duráveis	8.768,6	11,0	9.257,7	11,1	-5,3
Bens de consumo duráveis	1.594,7	2,0	2.598,7	3,1	-38,6
Combustíveis e lubrificantes	7.255,7	9,1	10.076,1	12,0	-28,0
Bens não especificados anteriormente	27,2	0,0	28,1	0,0	-3,2
Total	79.396,5	100,0	83.767,9	100,0	-5,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 06/07/2020).

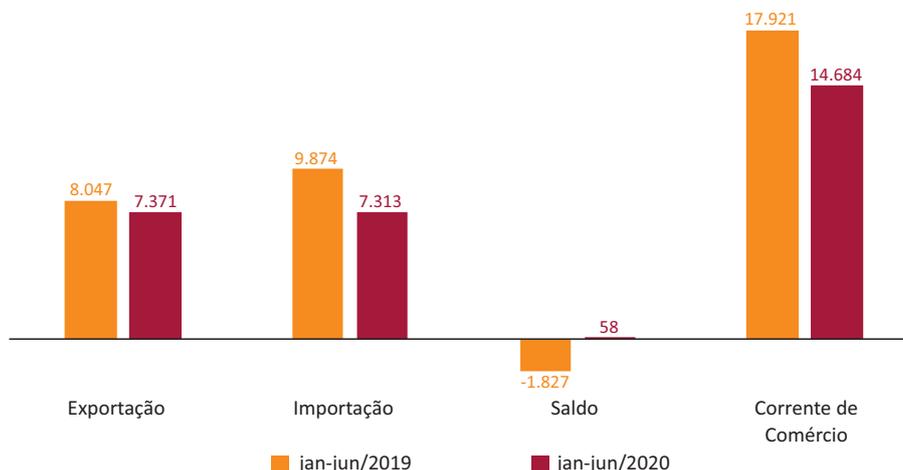
As importações de Bens Intermediários retrocederam 6,6%, devido, principalmente, à redução nas aquisições de Peças para equipamentos de transporte (-32,2%), Insumos industriais básicos (-22,8%) e Insumos industriais elaborados (-1,8%). Já as aquisições de Bens de consumo caíram 12,6%, com destaque para a redução de 48,0% nas compras de Automóveis de passageiros. Com relação às importações de Combustíveis e lubrificantes, a queda de 28,0%, no período de análise, foi devida, principalmente, à redução nas aquisições de Hulha betuminosa (-40,7%), Óleos brutos de petróleo (-26,0%) e Óleo diesel (-23,1%).

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-jun/20, foram: China (21,0%), Estados Unidos (16,6%) e Alemanha (5,6%). Comparativamente ao primeiro semestre de 2019, decresceram as aquisições vindas da China (-7,1%), dos Estados Unidos (-4,4%) e da Alemanha (-9,6%).

A Secex revisou as projeções para 2020 das exportações (para US\$ 202,5 bilhões, com queda de 10,2%) e das importações (US\$ 147,1 bilhões, redução de 17,1%). Conseqüentemente, o saldo comercial brasileiro projetado para o final do ano alcançará superávit de US\$ 55,4 bilhões e a corrente de comércio, atingirá US\$ 349,6 bilhões.

Já as exportações do Nordeste, no primeiro semestre de 2020, totalizaram US\$ 7.370,6 milhões, queda de 8,4% relativamente ao mesmo período de 2019 (Gráfico 2). As importações registraram queda mais expressiva de 25,9%, nesse intervalo, somando US\$ 7.313,0 milhões. Como consequência dessa diferença, a balança comercial da Região registrou superávit de US\$ 57,6 milhões, revertendo os constantes déficits regionais (US\$ 1.827,1 milhões foi o déficit registrado no acumulado de janeiro a junho do ano passado). A corrente de comércio atingiu US\$ 14.683,6 milhões (queda de 18,1%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 08/07/2020).

A análise das exportações por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que a Agropecuária apresentou crescimento de 9,4%, no acumulado janeiro-junho de 2020, quando comparado com igual período do ano passado, participando com 22,1% do total das vendas externas da Região.

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - US\$ milhões

Atividade Econômica	jan-jun/2020		jan-jun2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	1.628,1	22,1	1.487,6	18,5	9,4
Indústria Extrativa	311,3	4,2	241,0	3,0	29,2
Indústria de Transformação	5.383,7	73,0	6.245,9	77,6	-13,8
Outros Produtos	47,5	0,6	72,7	0,9	-34,6
Total	7.370,6	100,0	8.047,2	100,0	-8,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 08/07/2020).

Soja, principal produto exportado pelo setor, participou com 14,5% da pauta do Nordeste. No ano, auferiu receita de US\$ 1.067,2 milhões, com embarque de 3,16 milhões de toneladas. Relativamente ao registrado em período anterior, a receita aumentou 11,2% e a quantidade embarcada, 16,6%. Merece destaque ainda, o crescimento das vendas externas de Algodão de 36,7%, gerando receita adicional de US\$ 56,3 milhões.

Na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor subiram 29,2%, no período em análise, participando com 4,2% da pauta da Região. Os maiores acréscimos ocorreram nas vendas de Outros minérios de manganês e seus concentrados (+115,3%), Sal marinho (+86,5%) e Minérios de ferro e seus concentrados (+9,3%). Vale destacar, o retorno, neste ano, das exportações de Minérios de níquel e seus concentrados, no valor de US\$ 27,4 milhões.

As exportações da Indústria de Transformação concentraram 73,0% da pauta exportadora do Nordeste, no primeiro semestre de 2010. Comparativamente ao primeiro semestre de 2019, registraram recuo de 13,8%.

Os principais produtos responsáveis pela queda das vendas externas do setor foram: Pastas químicas de madeira (-31,0%), Alumina calcinada (-27,0%) e Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço

(-11,9%). Por outro lado, vale ressaltar o crescimento das vendas de Óleo combustível (+36,0%), Bulhão dourado (bullion doré), (+91,5%) e Açúcares de cana (+32,3%) que minimizaram os resultados do setor.

Os cinco principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 61,1% das vendas externas da Região, no primeiro semestre deste ano: China (22,3%), Estados Unidos (16,3%), Cingapura (9,3%), Canadá (7,7%) e Argentina (5,5%). Comparativamente ao mesmo período do ano passado, retrocederam as exportações para Estados Unidos (-26,4%) e Argentina (-24,9%). Por outro lado, cresceram as vendas para China (+12,4%), Cingapura (+109,0%) e Canadá (+7,7%).

Do lado das importações do Nordeste (Tabela 4), houve redução em todas as grandes categorias econômicas, no período em análise: Bens de Capital (-18,1%), Bens intermediários (-19,4%), Bens de consumo (-9,8%) e Combustíveis e lubrificantes (-49,5%). As reduções mais significativas foram nas aquisições de Gás natural liquefeito (-59,8%, com redução de - US\$ 583,26 milhões), Óleo diesel (-51,0%, com redução de - US\$ 334,02 milhões), Propanos liquefeitos (-46,4%, com redução de - US\$ 97,86 milhões), Naftas para petroquímica (-44,7%, com redução de - US\$ 161,64 milhões) e Gasolinas (-29,8%, com redução de - US\$ 137,98 milhões).

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - US\$ milhões

Categorias Econômicas	jan-jun/2020		jan-jun2019		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	699,6	9,6	854,6	8,7	-18,1
Bens intermediários	4.290,4	58,7	5.323,0	53,9	-19,4
Bens de consumo	539,4	7,4	598,3	6,1	-9,8
Bens de consumo não duráveis	466,7	6,4	455,5	4,6	2,5
Bens de consumo duráveis	72,6	1,0	142,8	1,4	-49,1
Combustíveis e lubrificantes	1.779,4	24,3	3.096,6	31,4	-42,5
Bens não classificados	4,2	0,1	1,8	0,0	128,7
Total	7.313,0	100,0	9.874,3	100,0	-25,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 08/07/2020).

Os principais países de origem das importações do Nordeste, no período janeiro/junho de 2020, foram responsáveis por 63,7% das aquisições da Região: Estados Unidos (31,8%), China (14,8%); Argentina (10,0%), Espanha (4,3%) e México (2,7%). Comparativamente ao período janeiro/junho de 2019, decresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (-24,3%), México (-12,1%) e Argentina (-2,5%), enquanto cresceram as da China (+21,6%), e Espanha (+47,0%).

A Tabela 5 apresenta os dados de exportação, importação e saldo comercial dos estados do Nordeste, no período de janeiro a junho de 2020.

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, importação e saldo da balança comercial - US\$ milhões

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-jun/2020/ Jan-jun/2019	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-mai/2020/ Jan-mai/2019	
Maranhão	1.544,9	21,0	-12,7	1.010,0	13,8	-35,9	534,9
Piauí	230,4	3,1	20,8	150,7	2,1	124,0	79,8
Ceará	950,9	12,9	-15,9	1.205,9	16,5	9,9	-255,0
Rio Grande do Norte	128,0	1,7	-37,6	82,3	1,1	5,6	45,7
Paraíba	50,9	0,7	-6,0	255,9	3,5	-11,8	-205,0
Pernambuco	667,7	9,1	10,2	1.789,9	24,5	-27,2	-1.122,2
Alagoas	227,5	3,1	34,8	330,6	4,5	27,7	-103,1
Sergipe	21,4	0,3	-31,1	115,3	1,6	-81,0	-93,9
Bahia	3.548,9	48,1	-8,8	2.372,5	32,4	-31,1	1.176,4
Nordeste	7.370,6	100,0	-8,4	7.313,0	100,0	-25,9	57,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/07/2020).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 1.544,9 milhões, no primeiro semestre de 2020, registrando queda de 12,7%, relativamente ao mesmo período de 2019. As vendas do principal produto da pauta do Estado, Alumina calcinada (32,7% da pauta) e de Pastas químicas de madeira (16,9%) recuaram 27,0% e 44,2%, respectivamente, nesse período. Por outro lado, o destaque no Estado foram as vendas de Bulhão dourado (bullion doré) (6%) que cresceram 1.516,2%, nesse intervalo. As importações, no valor de US\$ 1.010,0 milhões, retrocederam 35,9%. O saldo das trocas comerciais, no acumulado do ano, foi superavitário em US\$ 534,9 milhões.

O Estado do Piauí acumulou superávit de US\$ 79,8 milhões, até junho de 2020, resultado de US\$ 230,4 milhões de exportações e US\$ 150,7 milhões de importações. Relativamente ao mesmo período de 2019, as exportações cresceram 20,8%, enquanto as importações aumentaram 124,0%. As vendas de Soja (76,5% da pauta do Estado) registraram incremento de 7,8%, no período em foco, enquanto as de Ceras vegetais (13,1%) e Mel Natural (3,2%) aumentaram 60,4% e 149,3%, respectivamente. A China foi o principal destino das exportações do Estado com 62,9% de participação e incremento de 2,8% nas aquisições, nesse período.

O Estado do Ceará registrou, no primeiro semestre de 2020, exportações no valor de US\$ 950,9 milhões, queda de 15,9%, ante mesmo período de 2019. As importações somaram US\$ 1.205,9 milhões, aumento de 9,9%, nesse período. O resultado das transações comerciais gerou déficit na balança comercial de US\$ 255,0 milhões. As vendas de Produtos semimanufaturados de ferro ou aço, 49,6% da pauta cearense, retrocederam 11,9%, no período em análise. Pelo lado das importações, as aquisições de Hulha betuminosa (13,0% da pauta importadora do Estado), insumo para a siderúrgica do Estado, retrocederam de 30,7%.

No Rio Grande do Norte, o saldo da balança comercial registrou superavit de US\$ 45,7 milhões, no ano, decorrente de US\$ 128,0 milhões de exportações e de US\$ 82,3 milhões de importações. Frente a janeiro a junho de 2020, as exportações caíram 37,6%, enquanto as importações cresceram 5,6%. Melões frescos (23,8% da pauta) e Sal marinho (19,6%) foram os principais produtos exportados pelo Estado, no acumulado do ano. Relativamente a mesmo período do ano anterior, as vendas de Melões frescos registraram queda na receita de 39,4%, enquanto as de Sal marinho cresceram 86,5%.

As exportações do Estado da Paraíba somaram US\$ 50,9 milhões e as importações alcançaram US\$ 255,9 milhões, gerando deficit de US\$ 205,0 milhões na balança comercial do Estado, no período de janeiro a junho de 2020. Comparativamente a mesmo período do ano passado, tanto as vendas externas (-6,0%) como as aquisições (-11,8%) decresceram. As exportações de Calçados (50,0% da pauta) caíram 7,3%, no período em foco. França (14,7%) e Estados Unidos (10,5%) foram os principais destinos dos produtos paraibanos, registrando incremento nas compras de 2,1% e 18,2%, respectivamente.

Em Pernambuco, nos primeiros seis meses de 2020, as exportações totalizaram US\$ 667,7 milhões e as importações, US\$ 1.789,9 milhões, resultando em deficit de US\$ 1.122,2 milhões no saldo da balança comercial. Ante mesmo período de 2019, as exportações aumentaram 10,2%, com destaque para o crescimento das vendas de Óleo combustível (+38,2%). As importações caíram 27,2%, com destaque para a redução nas aquisições de Propanos liquefeitos (-46,4%), Querosenes de aviação (-42,2%) e Gasolinas (-39,8%).

Em Alagoas, tanto as exportações (US\$ 227,5 milhões) quanto as importações (US\$ 330,6 milhões) registraram crescimento de 34,8% e 27,7%, respectivamente, no período em análise. As trocas comerciais geraram deficit de US\$ 103,1 milhões. O aumento das vendas alagoanas foi devido ao incremento de 37,7% nas exportações de Açúcares de cana (85,9% da pauta do Estado). Os principais países de destino do produto foram Argélia (25,1%), Estados Unidos (23,4%) e Canadá (17,5%).

Sergipe exportou US\$ 21,4 milhões, no primeiro semestre de 2020, valor 31,1% inferior ao total registrado em mesmo período de 2019. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda de 23,9% nas vendas de Suco de laranja e de 85,3% nas de Açúcares de cana. As importações (US\$ 115,3 milhões) decresceram 81,0%, nesse período. No acumulado do ano, a balança comercial ficou negativa em US\$ 93,9 milhões.

A Bahia lidera o ranking dos estados exportadores e importadores nordestinos, participando com 48,1% do total das vendas e com 32,4% das compras externas. No acumulado de janeiro a junho de 2020, as exportações, US\$ 3.548,9 milhões, decresceram 8,8% e as importações, US\$ 2.372,5 milhões, caíram ainda mais, 31,1%, frente a janeiro a junho de 2019. A balança comercial do Estado foi superavitária em US\$ 1.176,4 milhões. Enquanto, as vendas de Óleo combustível (16,0% da pauta) e de Soja (12,6%) cresceram 33,4% e 7,5%, respectivamente, as de Pasta química de madeira decaíram 19,9%. China (27,9%), Cingapura (15,1%) e Estados Unidos (11,1%) foram os principais destinos dos produtos baianos.

Os Quadros 1 e 2, a seguir, sintetizam os principais produtos do comércio exterior do Nordeste e Estados, bem como os principais parceiros comerciais.

Quadro 1 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (32,7%), Soja, mesmo triturada, exceto para semente (27,6%), Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (16,9%)	Óleo diesel (41,3%), Gasolinas (17,9%), Cloretos de potássio (6,3%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto para semente (76,5%), Ceras vegetais (13,1%), Mel natural (3,2%)	Células solares em módulos ou painéis (56,2%), Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria (5,1%), Transformadores de dielétrico líquido, de potência superior a 650 kVA, mas não superior a 10.000 kVA (5,0%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (49,6%), Partes de outros motores/ geradores/ grupos eletrogeradores, etc. (8,3%), Castanha-de-caju, fresca ou seca, sem casca (5,1%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (13,0%), Trigos e misturas de trigo com centeio (8,9%), Óleo diesel (7,3%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (23,8%), Sal marinho, a granel, sem agregados (19,6%), Óleo combustível (6,7%)	Trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (36,2%), Transformadores de dielétrico líquido, de potência superior a 650 kVA, mas não superior a 10.000 kVA (3,1%), Copolímeros de etileno e ácido acrílico, em formas primárias (2,2%)
Paraíba	Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (50,0%), Sucos de abacaxi (7,2%), Ilmenita (minérios de titânio) (6,9%)	Óleos brutos de petróleo (13,9%), Trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (9,4%), Borrachas de estireno-butadieno (7,8%)
Pernambuco	Óleo combustível (20,8%), Poli(tereftalato de etileno) (10,9%), Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (8,3%)	Propanos liquefeitos (8,9%), Querosenes de aviação (6,9%), Gasolinas, exceto para aviação (6,6%)
Alagoas	Açúcares de cana (85,9%), Soja, mesmo triturada, exceto para semente (3,5%), Açúcares de cana (2,6%)	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semente (9,4%), Dicloreto de etileno (ISO) (8,6%), Cabos de alumínio, não isolados para usos elétricos (2,5%)
Sergipe	Suco de laranja (56,8%), Preparações alimentícias (11,0%), Óleos essenciais, de laranja (6,2%)	Tubos flexíveis de ferro ou aço (16,2%), Trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semente (14,4%), Gás natural liquefeito (14,0%)
Bahia	Óleo combustível (16,0%), Soja (12,6%), Pastas químicas de madeira (12,5%)	Naftas para petroquímica (17,4%), Sulfetos de minérios de cobre e seus concentrados (9,1%), Veículos automotores com motor diesel, para carga <= 5 toneladas (6,5%)
Nordeste	Soja (14,5%), Óleo combustível (9,8%), Pastas químicas de madeira (9,6%)	Óleo diesel (7,7%), Naftas para petroquímica (5,7%), Gasolinas, exceto para aviação (5,2%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/07/2020).

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Quadro 2 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações - Em %

Estado/Região	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (25,9%), Canadá (23,8%), Estados Unidos (16,0%)	Estados Unidos (67,4%), Rússia (5,4%), Países Baixos (Holanda) (3,0%)
Piauí	China (62,9%), Estados Unidos (7,0%), Paquistão (4,8%)	China (67,3%), Espanha (10,3%), Rússia (6,6%)
Ceará	Estados Unidos (38,3%), China (11,0%), Canadá (9,2%),	Estados Unidos (33,1%), China (20,4%), Argentina (8,9%)
Rio Grande do Norte	Estados Unidos (25,5%), Países Baixos (Holanda) (14,2%), Espanha (12,6%)	Argentina (29,8%), Estados Unidos (17,1%), China (15,9%)
Paraíba	França (14,7%), Estados Unidos (10,5%), Austrália (9,8%)	Estados Unidos (32,5%), China (20,1%), Argentina (14,4%)
Pernambuco	Argentina (28,2%), Cingapura (20,8%), Estados Unidos (13,0%)	Estados Unidos (39,1%), Argentina (12,7%), China (10,7%)
Alagoas	Estados Unidos (23,6%), Argélia (21,6%), Canadá (15,0%)	China (49,2%), Estados Unidos (15,4%), Argentina (4,7%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (42,1%), Bélgica (16,0%), Estados Unidos (6,7%)	Estados Unidos (19,5%), Argentina (15,3%), Rússia (10,4%)
Bahia	China (27,9%), Cingapura (15,1%), Estados Unidos (11,1%)	Estados Unidos (15,9%), Argentina (11,9%), China (11,6%)
Nordeste	China (22,3%), Estados Unidos (16,3%), Cingapura (9,3%)	Estados Unidos (31,8%), China (14,8%), Argentina (10,0%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SECEX/ME (coleta de dados realizada em 13/07/2020).

9 Finanças Públicas

9.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 235,3 bilhões no primeiro semestre de 2020, ante R\$ 244,7 bilhões no mesmo período de 2019, significando uma perda real de -6,6%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado nos seis primeiros meses de 2020, precisamente 48,7%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,7%), Centro-Oeste (10,3%) e Norte (6,6%).

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 39,6 bilhões no primeiro semestre de 2020, em contraste com R\$ 41,5 bilhões em iguais meses de 2019, representando redução real de -8,5% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+2,2%) obteve ganhos reais, enquanto que Norte (-0,6%), Sul (-7,5%) e Sudeste (-8,1%) registraram recuos.

Apenas um Estado pertencente à área de atuação do Banco do Nordeste obteve ganho nominal de arrecadação no período em análise: Maranhão (+1,0%), porém com perda real de -1,9%. Seguem os desempenhos nas demais Unidades Federativas: Ceará (-12,7%), Rio Grande do Norte (-11,2%), Sergipe (-9,8%), Pernambuco (-9,6%), Minas Gerais (-8,8%), Bahia (-7,8%), Espírito Santo (-7,3%), Paraíba (-7,1%), Alagoas (-6,9%) e Piauí (-5,4%), vide Tabela 1.

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - 1º Semestre de 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %	
Alagoas	2.032	0,8	1.949	0,8	-6,9
Bahia	11.822	4,8	11.224	4,8	-7,8
Ceará	6.168	2,5	5.548	2,4	-12,7
Maranhão	3.624	1,5	3.661	1,6	-1,9
Paraíba	2.897	1,2	2.772	1,2	-7,1
Pernambuco	8.325	3,4	7.754	3,3	-9,6
Piauí	2.118	0,9	2.064	0,9	-5,4
Rio Grande do Norte	2.830	1,2	2.588	1,1	-11,2
Sergipe	1.725	0,7	1.603	0,7	-9,8
Nordeste	41.541	17,0	39.163	16,6	-8,5
Norte	15.265	6,2	15.623	6,6	-0,6
Sudeste	120.995	49,4	114.470	48,7	-8,1
Espírito Santo	5.675	2,3	5.418	2,3	-7,3
Minas Gerais	25.224	10,3	23.689	10,1	-8,8
Sul	43.859	17,9	41.757	17,7	-7,5
Centro-Oeste	23.025	9,4	24.244	10,3	2,2
Brasil	244.685	100,0	235.257	100,0	-6,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou respectivos 95,7%, 96,9% e 97,7% da arrecadação total do ICMS em Minas Gerais, Nordeste e Espírito Santo, média do primeiro semestre de 2020 e de 2019, respectivamente.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresentou a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste (41,3%), considerando a média dos primeiros semestres de 2020 e 2019. Contudo, a arrecadação do referido setor caiu -6,3% em termos reais em 2020, sendo que dois Estados registraram ganhos reais: Espírito Santo (+12,5%) e Maranhão (+3,4%). As perdas reais mais expressivas nesse setor ocorreram no Piauí (-13,8%), Rio Grande do Norte (-9,5%), Sergipe (-8,8%) e Ceará (-8,7%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,6% do total obtido no Nordeste, considerando a média dos primeiros seis meses de 2020 e 2019, caiu -7,5% em termos reais. Piauí (+3,2%) obteve crescimento, enquanto que as perdas reais mais expressivas ocorreram no Rio Grande do Norte (-27,8%), Espírito Santo (-17,4%), Paraíba (-16,9%), Minas Gerais (-15,6%) e Ceará (-10,9%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 22,1% na arrecadação total do Nordeste nos dois períodos analisados, apresentou perda real de -15,6%. Todos os Estados obtiveram recuos, tendo os mais expressivos se verificado em Alagoas (-29,6%), Ceará (-24,2%), Sergipe (-19,4%), Espírito Santo (-17,9%), Bahia (-15,9%) e Minas Gerais (-13,6%).

O setor de energia, que representou 12,9% da arrecadação regional na média dos dois períodos analisados, caiu em termos reais (-1,9%). Por sua vez, Piauí (+17,2%) e Ceará (+7,8%) apresentaram incrementos, enquanto que as perdas mais expressivas foram verificadas no Espírito Santo (-12,6%), Rio Grande do Norte (-6,9%) e Bahia (-6,6%).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as 302,8 mil empresas em funcionamento no Nordeste na segunda quinzena de junho, 72,0% perceberam impactos negativos decorrentes da crise do novo Coronavírus em suas atividades; 16,0% declararam que o efeito foi pequeno ou inexistente e 12,0% disseram que o impacto foi positivo.

A queda nas vendas dos produtos ou serviços comercializados em decorrência da pandemia foi sentida, aproximadamente, por quatro em cada dez empresas em funcionamento (39,0%) na Região na segunda quinzena de junho de 2020 em relação a março, quando começaram as medidas de isolamento para combater o novo Coronavírus. Enquanto, 39,0% disseram que o efeito foi pequeno ou inexistente, 28% afirmaram aumento nas vendas com a pandemia.

Em relação à produção, 32,0% das empresas pesquisadas no Nordeste tiveram dificuldade de fabricar produtos ou atender clientes, 43,0% relataram não haver alteração significativa, 24,0% tiveram facilidade e 1,0% não soube responder.

Nesse sentido, os efeitos da pandemia tiveram forte impacto na arrecadação de ICMS no Nordeste no segundo trimestre de 2020. Assim, comparando-se a arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2020, com o mesmo período de 2019, observou-se expressiva redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-13,2%) e no Nordeste (-14,7%). O Centro-Oeste obteve a menor perda (-1,4%), seguida pelo Norte (-5,4%), Sudeste (-15,0%) e Sul (-15,6%).

Os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste foram severamente afetados nesse período: Ceará (-22,2%), Rio Grande do Norte (-18,9%), Piauí (-18,3%), Sergipe (-14,9%), Maranhão (-14,2%), Pernambuco (-12,9%), Bahia (-12,5%), Alagoas (-11,2%), Paraíba (-9,9%), Minas Gerais (-5,6%) e Espírito Santo (-2,8%), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados - 2^{os} Trimestres de 2019 e 2020

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %	
Alagoas	635	0,3	576	0,8	-11,2
Bahia	3.968	1,6	3.547	4,9	-12,5
Ceará	2.012	0,8	1.599	2,3	-22,2
Maranhão	1.230	0,5	1.078	1,5	-14,2
Paraíba	935	0,4	860	1,2	-9,9
Pernambuco	2.798	1,1	2.488	3,4	-12,9
Piauí	733	0,3	611	0,9	-18,3
Rio Grande do Norte	916	0,4	759	1,1	-18,9
Sergipe	559	0,2	486	0,7	-14,9
Nordeste	13.784	5,6	12.004	16,7	-14,7
Norte	5.090	2,1	4.916	6,5	-5,4

Estado/Região/País	2019		2020		Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %	
Sudeste	40.559	16,6	35.193	49,1	-15,0
Espírito Santo	1.841	0,8	1.827	2,4	-2,8
Minas Gerais	8.085	3,3	7.795	10,3	-5,6
Sul	14.601	6,0	12.590	17,6	-15,6
Centro-Oeste	7.704	3,1	7.759	10,0	-1,4
Brasil	81.738	33,4	72.462	100,0	-13,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

9.2 Transferências Constitucionais

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda-IR e com o Imposto sobre Produtos Industrializados-IP (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e Municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos Entes Federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

A crise econômica enfrentada pelo Brasil afetou negativamente as transferências constitucionais para Estados e municípios no primeiro semestre de 2020.

Assim é que, o FPE no Brasil totalizou R\$ 38,8 bilhões no primeiro semestre de 2020, ante R\$ 41,7 bilhões em 2019, conforme a Tabela 3. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de -9,6%. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Tabela 3 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados - R\$ Milhões⁽¹⁾

Estado/Região/País	FPE		FPM		FPM Capitais	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	1.755	1.628	990	922	187	175
Bahia	3.888	3.632	4.006	3.729	336	314
Ceará	3.033	2.831	2.167	2.019	373	349
Maranhão	2.996	2.796	1.832	1.706	233	218
Paraíba	1.977	1.851	1.370	1.275	149	140
Pernambuco	2.864	2.672	2.145	1.962	235	196
Piauí	1.805	1.679	1.159	1.080	233	218
Rio Grande do Norte	1.742	1.619	1.081	1.006	134	126
Sergipe	1.724	1.606	652	607	134	126
Nordeste	21.785	20.314	15.402	14.307	2.015	1.862
Espírito Santo	649	599	802	746	90	84
Minas Gerais	1.869	1.738	5.728	5.331	224	210
Brasil	41.698	38.805	43.637	40.609	4.364	4.061

Fonte: BNB/ETENE, com dados da STN.

Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a junho de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 20,3 bilhões de janeiro a junho de 2020, em contraste com R\$ 21,8 bilhões, representando perda real de -9,5% em comparação com igual período de 2019. A Região recebeu 52,4% do total dos recursos desse Fundo, de janeiro a junho de 2020. Registre-se que nos meses de abril a junho de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE caiu 19,0%, em termos reais, para o Nordeste.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram perdas reais no volume de recursos do FPE em 2020, em comparação com 2019. Bahia (R\$ 3,6 bilhões), Ceará (R\$ 2,8 bilhões), Maranhão (R\$ 2,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 2,7 bilhões) obtiveram 58,7% dos valores destinados para a Região. Seguiram Paraíba (R\$ 1,9 bilhão), Piauí (R\$ 1,7 bilhão), Alagoas (R\$ 1,6 bilhão), Rio Grande Norte (R\$ 1,6 bilhão) e Sergipe (R\$ 1,6 bilhão), com 41,3% do total.

O FPM no País somou R\$ 40,6 bilhões no primeiro semestre de 2020, em comparação com R\$ 43,6 bilhões em iguais meses de 2019 (Tabela 3). A perda real foi -9,6%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 14,3 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 15,4 bilhões em iguais meses de 2019, significando perda real de -9,8% (Tabela 3). Nos meses de abril a junho de 2020, comparados com os mesmos meses de 2019, o FPM declinou no Nordeste -19,3% em termos reais.

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no primeiro semestre de 2020, em comparação com semelhante período de 2019. Bahia (R\$ 3,7 bilhões), Ceará (R\$ 2,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,0 bilhões) e Maranhão (R\$ 1,7 bilhão) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 1,3 bilhão), Piauí (R\$ 1,1 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,0 bilhão), Alagoas (R\$ 922 milhões) e Sergipe (R\$ 607 milhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 4,1 bilhões de janeiro a junho de 2020, ante R\$ 4,4 bilhões nos seis primeiros meses de 2019, representando perda de -9,6% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 1,9 bilhão, com perda real de -10,3%, comparado com o mesmo período de 2019, quando foram alocados R\$ 2,0 bilhões. Cabe destacar a perda real de Recife (-19,2%), em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda *per capita*.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 45,9% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2020. Fortaleza (R\$ 349 milhões), Salvador (R\$ 314 milhões), São Luís (R\$ 218 milhões), Teresina (R\$ 218 milhões) e Recife (R\$ 196 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 175 milhões), João Pessoa (R\$ 140 milhões), Natal (R\$ 126 milhões) e Aracaju (R\$ 126 milhões), com 30,4% dos recursos desse Fundo destinado às capitais do Nordeste de janeiro a junho de 2020.

A atual crise sanitária afetará negativamente a arrecadação federal no corrente ano. Conforme projeções do ETENE, a coleta de somada de IR e IPI tenderá cair -12,2% em um cenário-base, -11,4% em um cenário otimista e -15,8% em um cenário pessimista. Portanto, as transferências constitucionais para Estados e municípios serão fortemente afetadas no corrente ano.

10 Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 3,6 trilhões em junho, aumento de +4,2% em 2020, com acréscimo de +8,3% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$ 1,6 trilhão) e incremento de +1,2% para pessoas físicas (R\$ 2,0 trilhões). Em doze meses, o crescimento da carteira total aumentou +9,8%, estimulada pelas operações com empresas (+11,5%), superando a expansão com pessoas físicas (+8,5%). Vide Tabela 1.

O crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$ 1,0 trilhão, crescendo 11,9% em 2020 e 22,4% em doze meses, destacando-se capital de giro (notadamente as operações com prazo acima de um ano), repasses externos e modalidades sazonais relacionadas a fluxo de caixa (desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de faturas de cartão).

O saldo do crédito livre a pessoas físicas totalizou R\$ 1,1 trilhão, tendo declinado -0,5% em 2020, porém aumentado +8,9% em doze meses, sobressaindo cartão de crédito à vista e consignado. Os financiamentos de veículos, embora com saldo praticamente estável, apresentaram incremento.

No crédito direcionado, a carteira de pessoas jurídicas alcançou R\$ 575 bilhões em junho, elevação de +2,7% em 2020, mantendo contração interanual (-3,6%). Especificamente em junho, destaque para elevação de outros créditos direcionados (+6,8%), devido às operações do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

O saldo de crédito direcionado com pessoas físicas alcançou R\$ 935 bilhões, expansões de +3,4% em 2020 e de +8,1% em doze meses, sobressaindo-se a carteira imobiliária, com aumento de 25,1% nas contratações em junho.

As concessões totais de crédito somaram R\$ 1,9 trilhão no acumulado de janeiro a junho de 2020, sendo R\$ 957 bilhões para pessoas jurídicas e R\$ 976 bilhões para a carteira de pessoas físicas.

No primeiro semestre de 2020, comparado ao mesmo período de 2019, as concessões totais cresceram +6,4%, refletindo a elevação em pessoas jurídicas (14,8%), e a contração em pessoas físicas (-0,7%). Em 12 meses, as concessões totais aumentaram +11,1%, sendo +14,9% para pessoas jurídicas e +7,8% para a carteira de pessoas físicas.

A taxa média de juros das operações contratadas em junho alcançou 19,3% a.a., com quedas de -3,3 p.p. em 2020 e de -5,5 p.p. em doze meses. O *spread* geral das taxas de juros das concessões situou-se em 15,6 p.p., com declínios de -2,2 p.p. e de -3,5 p.p., nos mesmos períodos. A inadimplência total alcançou 2,9% em junho, enquanto a dos recursos livres e direcionados atingiram 3,7% e 1,8%, respectivamente, conforme mostra a Tabela 1.

Especificamente no Nordeste, o saldo de crédito cresceu moderadamente no primeiro semestre de 2020, para R\$ 465,9 bilhões em junho, ante R\$ 460,7 bilhões em janeiro, representando incremento de 1,13% nesse período, conforme especificado na Tabela 2.

Quanto aos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Pernambuco (-0,40%), Rio Grande do Norte (-0,63%) e Sergipe (-0,57%) apresentaram reduções em seus respectivos saldos de crédito no primeiro semestre de 2020. Nos demais, verificaram-se modestos incrementos, à exceção de Minas Gerais (+5,26%): Piauí (+0,36%), Alagoas (+0,66%), Maranhão (+1,25%), Paraíba (+1,96%), Espírito Santo (+2,09%), Ceará (+2,74%) e Bahia (+3,10%), como mostra a Tabela 2.

Tabela 1 – Indicadores do Sistema Financeiro Nacional

Período	Saldos R\$ bilhões			Concessões/ R\$ bilhões			Taxas de juros % a.a.			Spreads p.p.			Prazos das concessões meses			Inadimplência %		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
2018	1 461,9	1 803,0	3 264,9	170,5	169,9	340,4	14,7	28,5	22,9	7,9	22,5	16,6	71,3	171,7	123,5	2,4	3,2	2,9
2019	1 422,8	1 814,1	3 236,9	124,0	159,8	283,8	16,2	29,9	24,4	9,5	24,0	18,2	71,7	171,7	124,2	2,5	3,3	3,0
	1 424,1	1 823,2	3 247,2	129,1	155,0	284,1	15,8	30,6	24,7	9,2	24,8	18,6	69,0	172,5	124,1	2,4	3,3	2,9
	1 436,4	1 836,3	3 272,7	141,9	155,4	297,3	15,9	31,0	25,0	9,2	25,2	18,8	73,1	171,5	125,3	2,5	3,4	3,0
	1 419,9	1 852,5	3 272,4	135,7	168,7	304,3	15,9	31,1	25,0	9,2	25,3	18,8	64,7	169,7	120,9	2,6	3,4	3,0
	1 420,3	1 870,7	3 291,0	151,5	177,8	329,3	15,7	31,0	24,9	9,1	25,2	18,8	59,0	169,2	118,1	2,6	3,4	3,0
	1 419,0	1 882,3	3 301,4	151,8	166,5	318,3	15,0	31,1	24,8	8,9	25,7	19,1	65,5	170,7	122,4	2,4	3,3	2,9
	1 396,2	1 898,8	3 295,0	143,7	184,8	328,5	15,1	30,8	24,7	9,4	25,6	19,3	55,5	169,7	117,5	2,5	3,4	3,0
	1 410,4	1 921,3	3 331,7	150,7	181,5	332,2	14,9	31,0	24,8	9,1	25,9	19,4	59,7	168,3	119,1	2,4	3,5	3,0
	1 426,7	1 941,3	3 368,0	159,1	181,0	340,1	14,1	30,2	24,0	8,6	25,2	18,8	61,5	169,7	120,7	2,4	3,5	3,1
	1 414,7	1 965,7	3 380,4	156,9	194,5	351,4	14,0	29,5	23,5	8,9	24,9	18,7	63,0	170,8	122,1	2,3	3,5	3,0
	1 434,2	1 987,7	3 421,8	158,8	187,8	346,7	13,7	29,8	23,6	8,7	25,3	18,9	59,9	170,2	120,5	2,3	3,5	3,0
	1 460,5	2 017,9	3 478,3	199,5	206,0	405,5	13,5	28,3	22,6	8,3	23,8	17,8	56,9	170,3	119,1	2,1	3,5	2,9
2020	1 433,6	2 034,9	3 468,5	138,5	184,0	322,5	14,8	28,2	23,1	9,6	23,8	18,4	50,6	168,0	115,5	2,2	3,6	3,0
	1 443,8	2 043,7	3 487,5	140,8	167,9	308,7	13,8	28,8	23,1	8,9	24,5	18,6	53,7	167,2	116,9	2,2	3,6	3,0
	1 536,2	2 050,0	3 586,2	224,8	172,0	396,8	13,7	28,4	22,7	8,7	23,9	18,0	52,0	166,8	115,2	2,1	3,9	3,2
	1 556,1	2 029,4	3 585,5	155,5	140,4	295,9	12,9	27,3	21,5	8,6	23,0	17,2	54,3	168,6	116,1	2,3	4,0	3,3
	1 570,1	2 028,2	3 598,3	142,1	144,2	286,3	12,1	26,6	20,7	8,2	22,5	16,7	46,2	169,5	112,6	2,3	4,0	3,2
	1 586,7	2 041,6	3 628,3	158,5	164,3	322,8	10,9	25,4	19,5	7,3	21,7	15,8	52,4	170,8	116,1	2,0	3,6	2,9
	1 605,7	2 060,4	3 666,1	165,8	175,0	340,8	10,7	24,8	19,1	6,9	21,3	15,4	48,8	171,4	114,1	1,9	3,4	2,7
Variação %1/																		
No mês	1,2	0,9	1,0	4,6	6,5	5,6	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-3,6	0,6	-2,0	-0,1	-0,2	-0,2
No trimestre	3,2	1,5	2,2	-10,5	0,7	-5,1	-2,2	-2,5	-2,4	-1,7	-1,7	-1,8	-5,5	2,8	-2,0	-0,4	-0,6	-0,6
No ano	9,9	2,1	5,4	15,2	-1,7	6,0	-2,8	-3,5	-3,5	-1,4	-2,5	-2,4	-8,1	1,1	-5,0	-0,2	-0,1	-0,2
Em 12 meses	15,0	8,5	11,3	15,2	5,4	9,9	-4,4	-6,0	-5,6	-2,5	-4,3	-3,9	-6,7	1,7	-3,4	-0,6	0,0	-0,3

Fonte: BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

BNB Conjuntura Econômica Abr-Jun/2020

Quanto à inadimplência, Pernambuco (5,08%) registrou a mais elevada, seguido por: Alagoas (4,27%), Paraíba (4,21%), Rio Grande do Norte (3,96%), Nordeste (3,84%), Sergipe (3,72%), Piauí (3,61%), Bahia (3,50%), Maranhão (3,44%), Ceará (3,02%), Espírito Santo (2,92%) e Minas Gerais (2,29%), vide Tabela 2.

Tabela 2 - Saldo de Crédito e Inadimplência - Nordeste e Estados selecionados

Estado/Região	jan/20		jun/20		Var. (%)
	Saldo (R\$ milhões)	Inadimplência (%)	Saldo (R\$ milhões)	Inadimplência (%)	
Alagoas	23.827	4,05	23.984	4,27	0,66
Bahia	124.416	4,10	128.268	3,50	3,10
Ceará	77.392	3,08	79.516	3,02	2,74
Maranhão	44.915	3,43	45.478	3,44	1,25
Paraíba	33.359	4,53	34.012	4,21	1,96
Pernambuco	78.477	3,50	78.162	5,08	-0,40
Piauí	24.066	3,32	24.152	3,61	0,36
Rio G. do Norte	33.225	3,75	33.015	3,96	-0,63
Sergipe	20.077	3,43	19.963	3,72	-0,57
Nordeste	460.754	3,69	465.970	3,84	1,13
Minas Gerais	296.977	2,46	312.603	2,29	5,26
Espírito Santo	52.886	3,93	53.991	2,92	2,09

Fonte: BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

11 Índices de Preços

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou +0,26% em junho, após a redução de -0,38% observada em maio. Com isso, o indicador acumula taxa de +0,10% em 2020 e +2,13% em 12 meses terminados em junho, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Variação do IPCA no Brasil e Nordeste - Em %

IPCA - Grupo Pesquisado	2018		2019		2020	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	3,75	3,40	4,31	4,12	2,13	2,19
Alimentação e Bebidas	4,04	3,51	6,37	5,69	7,61	8,82
Habituação	4,72	3,95	3,90	3,89	1,69	1,47
Artigos de Residência	3,74	3,38	-0,36	-1,03	-2,82	-2,41
Vestuário	0,61	1,11	0,74	-0,24	-0,23	-2,79
Transportes	4,19	3,90	3,57	4,24	-3,94	-3,87
Saúde e Cuidados Pessoais	3,95	3,73	5,41	5,16	2,34	1,49
Despesas Pessoais	2,98	2,49	4,67	4,37	3,60	3,89
Educação	5,32	6,13	4,75	5,57	5,22	5,40
Comunicação	-0,09	-0,17	1,07	0,21	1,68	1,37

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete apresentaram alta em junho. O maior impacto +0,08 ponto percentual (p.p.) ocorreu no grupo Alimentação e bebidas (+0,38%), que acelerou em relação ao resultado de maio (+0,24%). A segunda maior contribuição (+0,06 p.p.) verificou-se em Transportes, cujos preços subiram +0,31% após a queda de 1,90% verificada no mês anterior. Por outro lado, ressalta-se a queda dos itens de Vestuário (-0,46%), que contribuíram com -0,02 p.p. no IPCA de junho.

O IPCA Nordeste variou +0,42% em junho de 2020, tendo sido influenciado, principalmente, pelos grupos Transportes (variação de +1,14% e impacto de +0,2 p.p.), Alimentos e bebidas (variação de +0,44% e impacto de 0,1 p.p.) e Habitação (variação de +0,38% e impacto de +0,05 p.p.). Por sua vez, verificou-se declínio no grupo Vestuário (-1,03% e impacto de -0,06 p.p.).

As principais variações de preços no Nordeste em junho ocorreram em Alimentação no domicílio, que cresceu +0,51% nesse mês e +7,53% no acumulado de 2020. No grupo Transportes, cabe mencionar as variações de preços da gasolina (+6,39%) e do etanol (+5,58%). Estes, no entanto, ainda acumulam deflações no acumulado de 2020: gasolina (-10,74%), etanol (-4,68%) e o diesel (-15,2%).

Em junho, a inflação do Nordeste (+0,42%) ficou acima dos índices das demais regiões do País: Norte (-0,14%), Sudeste (+0,20%), Centro-Oeste (+0,27%) e Sul (+0,38%). No primeiro semestre de 2020, o Nordeste (+0,74%) também despontou com a maior inflação dentre as regiões do País: Sudeste (+0,27%), Norte (-0,27%), Sul (-0,58%) e Centro-Oeste (-0,60%).

No acumulado de 2020, o IPCA Nordeste foi pressionado pelas variações no grupo Alimentação e bebidas (+6,18% e impacto de +1,26 p.p.); e Educação (+4,71% e impacto de 0,30 p.p.). Por outro lado, o grupo Transportes destacou-se em termos de deflação (-4,46% e impacto de -0,79 p.p.), seguido por Vestuário (-3,27% e impacto de -0,18 p.p.), conforme especificado na Tabela 2.

Em doze meses finalizados em junho, a inflação do Nordeste (+2,19%) foi moderada, porém superou as variações registradas nas demais regiões do País: Norte (+2,41%), Sudeste (+2,38%), Centro-Oeste (+1,62%) e Sul (+1,52%).

Tabela 2 - Variação do IPCA no Nordeste e capitais selecionadas no acumulado de 2020 - Em %

IPCA - Grupo Pesquisado	Nordeste	São Luís	Fortaleza	Recife	Aracaju	Salvador
Índice Geral	0,74	-0,65	0,98	1,12	1,14	0,72
Alimentação e Bebidas	6,18	3,89	5,75	6,42	7,77	6,66
Habituação	0,56	-2,12	0,74	1,03	0,14	1,04
Artigos de Residência	-1,44	-2,49	-1,79	1,77	-1,97	-3,26
Vestuário	-3,27	-2,98	-1,72	-0,69	-3,48	-5,79
Transportes	-4,46	-3,17	-4,34	-4,59	-4,60	-4,85
Saúde e Cuidados Pessoais	0,29	-3,90	0,68	1,01	0,18	0,96
Despesas Pessoais	0,43	0,36	0,98	-0,21	0,90	0,59
Educação	4,71	3,93	5,66	3,84	5,98	4,93
Comunicação	0,81	-0,63	0,65	1,05	0,99	1,05

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em doze meses terminados em junho de 2020, as variações de preços mais expressivas no IPCA Nordeste ocorreram em Alimentação e bebidas (+8,82%), Educação (+5,40%), e Despesas pessoais (+3,89%). Por sua vez, verificaram-se deflações nos grupos Transporte (-3,87%), Vestuário (-2,79%) e Artigos de residência (-2,41%), vide Tabela 3.

São Luís foi a única capital do Nordeste que apresentou deflação em junho (-0,35%). As variações de preços nas outras capitais da Região foram: Salvador (+0,68%), Recife (+0,51%), Fortaleza (+0,34%) e Aracaju (+0,03%).

No primeiro semestre de 2020, Aracaju (+1,14%) registrou a maior inflação, seguido por Recife (+1,12%), Fortaleza (+0,98%), e Salvador (+0,72%), enquanto São Luís obteve deflação (-0,65%), vide Tabela 2.

Em 12 meses, Fortaleza (+2,65%) obteve a maior inflação dentre as capitais do Nordeste. Seguiram: Recife (+2,27%), Salvador (+2,35%), Aracaju (+2,13%) e São Luís (+0,80%), conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Variação do IPCA no Nordeste e capitais selecionadas no acumulado de 12 meses - Em %

IPCA - Grupo Pesquisado	Nordeste	São Luís	Fortaleza	Recife	Aracaju	Salvador
Índice Geral	2,19	0,80	2,65	2,27	2,13	2,35
Alimentação e Bebidas	8,82	8,36	8,17	8,33	9,06	9,55
Habituação	1,47	-3,28	1,76	2,35	-0,23	2,39
Artigos de Residência	-2,41	-4,11	-2,14	0,70	-1,75	-4,23
Vestuário	-2,79	-4,24	-1,37	0,72	-2,39	-5,45
Transportes	-3,87	-3,66	-3,18	-4,94	-3,76	-3,64
Saúde e Cuidados Pessoais	1,49	-2,00	1,41	2,22	1,47	2,11
Despesas Pessoais	3,89	4,23	5,93	2,47	4,03	3,77
Educação	5,40	5,70	6,42	4,53	6,64	5,26
Comunicação	1,37	-0,58	0,74	1,38	3,33	2,02

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Os níveis de inflação seguem moderados em 2020, como consequência da crise econômica, que repercutiu negativamente no mercado de trabalho e na redução do consumo das famílias. Nesse sentido, o ETENE/LCA estima que o IPCA deva alcançar 1,40% no corrente ano.

12 Cesta Básica

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calculou que o custo do conjunto de alimentos essenciais caiu -1,87% no Brasil em junho de 2020 (Tabela 1). Os maiores impactos foram verificados nos preços do tomate (variação de -17,0% e impacto de -1,7 p.p.); banana (variação de -6,4% e impacto de -0,8 p.p.); e pão (variação de -1,7% e impacto de -0,3 p.p.). Por sua vez, verificaram-se aumentos no custo do feijão (variação de +8,0% e impacto de +0,6 p.p.); e leite (+3,5% e impacto de +0,2 p.p.).

Tabela 1 - Valor (R\$) da cesta básica e variações (%) - Brasil e Regiões

Período	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2020	Jan	465,59	415,54	397,38	471,16	514,50	476,20
	Fev	472,22	432,95	418,66	466,50	515,18	470,69
	Mar	479,94	418,80	432,11	474,75	524,20	484,34
	Abr	501,28	434,19	447,14	481,36	552,43	518,80
	Mai	500,16	453,35	433,58	461,57	556,84	525,56
	Jun	490,79	453,86	437,75	462,97	535,25	509,84
Variação da Cesta Básica (%)							
% mês	(1,87)	0,11	0,96	0,30	(3,88)	(2,99)	
% Ano	6,37	9,59	12,43	(0,35)	4,91	5,42	
% 12 meses	7,45	11,33	7,60	4,93	7,13	7,93	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

O Nordeste registrou a maior variação no custo da cesta básica em junho (+0,96%), ficando o Sudeste (-3,88%) com a menor. As oscilações nas outras regiões foram: Sul (-2,99%), Norte (+0,11%) e Centro-Oeste (+0,30%). A cesta do Nordeste apresentou aumentos de preços no feijão (variação de +8,2% e impacto de +0,7 p.p.); carne (variação de +4,5% e impacto de +1,2 p.p.); e leite (variação de +3,1% e impacto de +0,2 p.p.).

A cesta básica mais cara segue sendo a do Sudeste (R\$ 535,25), e, na sequência, Sul (R\$ 509,84), Brasil (R\$ 490,79), Centro-Oeste (R\$ 462,97), Norte (R\$ 453,86) e Nordeste (R\$ 437,75).

A cesta básica, em junho, caiu em 10 das 17 capitais pesquisadas. As reduções mais expressivas ocorreram no Rio de Janeiro (-8,23%), Vitória (-6,84%) e Goiânia (-4,98%). Aracaju obteve o maior aumento na cesta básica (+4,97%), seguida por Campo Grande (+4,32%).

No Nordeste, os maiores aumentos no custo da cesta básica em junho ocorreram em Aracaju (+4,97%), conforme comentado anteriormente, seguido por Natal (+3,0%), Salvador (+2,16%) e Fortaleza (+2,01%), enquanto que oscilações negativas foram verificadas em João Pessoa (-2,23%) e Recife (-3,58%), vide Tabela 2.

Tabela 2 - Valor (R\$) e variação (%) da cesta básica - Nordeste e capitais

Capital/Região	Valor	Var. % - Mês	Var.% - Ano	Var.% - 12 Meses
Fortaleza	464,31	2,01	7,07	3,47
Natal	442,46	3,00	15,30	11,38
Recife	435,30	6,46	10,54	10,45
João Pessoa	430,44	5,77	15,23	7,95
Aracaju	420,03	4,97	19,33	9,64
Salvador	419,18	2,16	16,27	8,94
Nordeste	437,75	0,96	12,43	7,60

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

No acumulado de 2020, a cesta básica no País aumentou +6,37%. Os maiores impactos no índice nacional ocorreram nos preços do arroz, farinha e batata (variação de +74,0% e impacto de +2,1 p.p.); feijão (variação de +37,3% e impacto de 1,2 p.p.); e tomate (variação de +18,6% e impacto de +2,1 p.p.). Em contrapartida, a carne caiu -3,0%, com um impacto de -1,0 p.p. no custo da cesta básica.

No primeiro semestre de 2020, a cesta básica do Nordeste (+12,43%) obteve a maior variação dentre as regiões do País, tendo-se na sequência o Norte (+9,59%), Sul (+5,42%) e Sudeste (+4,91%), enquanto que no Centro-Oeste (-0,35%) verificou-se redução no custo dos alimentos básicos.

Ocorreram impactos expressivos na cesta do Nordeste, no acumulado de janeiro a junho de 2020, nos preços do tomate (variação de +52,8% e impacto de +6,9 p.p.); feijão (variação de +44,2% e impacto de +1,2 p.p.); arroz, farinha; batata (variação de +29,6% e impacto de +0,8 p.p.); açúcar, café e óleo (variação de +25,5% e impacto de 0,3 p.p.); e banana (variação de +9,5% e impacto de 1,7 p.p.). Por sua vez, a manteiga é o único produto da cesta do Nordeste que obteve redução em seu preço em 2020 (variação de -1,2% e impacto de -0,1 p.p.). Vide Tabela 3.

Tabela 3 – Variações nos preços dos alimentos no Brasil e Nordeste - Em %

Cesta Básica	Junho				Ano			
	Variação (%)		Impacto (p.p.)		Variação		Impacto (p.p.)	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	-1,9	1,0	-1,9	1,0	6,4	12,4	6,4	12,4
Carne	1,2	4,5	0,3	1,2	-3,0	3,5	-1,0	1,1
Pão	-1,7	1,9	-0,3	0,3	3,9	1,5	0,6	0,2
Banana	-6,4	-4,8	-0,8	-0,4	2,3	9,5	0,2	1,7
Tomate	-17,0	-8,1	-1,7	-1,2	18,6	52,8	2,1	6,9
Leite	3,5	3,1	0,2	0,2	10,3	5,1	0,6	0,3
Manteiga	0,6	1,1	0,0	0,1	1,9	-1,2	0,1	-0,1
Feijão	8,0	8,2	0,6	0,7	37,3	44,2	1,2	1,2
Arroz, Farinha e Batata	-2,3	5,6	-0,2	0,1	74,0	29,6	2,1	0,8
Açúcar, Café e Óleo	3,6	0,5	0,1	0,0	25,1	25,5	0,4	0,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

No acumulado de 2020, 15 cidades acumularam altas no preço da cesta básica. Os aumentos mais expressivos, à exceção de Curitiba (+10,28%), verificaram-se nas capitais do Nordeste: Aracaju (+19,34%), Salvador (+16,27%), Natal (+15,30%), João Pessoa (+15,23%), Recife (+10,54%) e Fortaleza (+7,07%).

Em termos de produtos, no acumulado de 2020, verificaram-se expressivas variações de preços no tomate (+143,8% em Aracaju); feijão (+63,7% em Recife); banana (+34,7% em João Pessoa). Por outro lado, em Salvador, o custo do pão caiu -5,8%, enquanto que o preço da carne reduziu -11,6%, em Fortaleza.

Em doze meses, terminados em junho de 2020, a cesta do Brasil variou +7,45%, enquanto as oscilações nas Regiões foram: Norte (+11,33%), Sul (+7,93%), Nordeste (+7,60%), Sudeste (7,13%) e Centro-Oeste (+4,93%). Seguem as variações nas capitais do Nordeste: Natal (+11,38%), Recife (+10,45%), Aracaju (9,64%), Salvador (+8,94%), João Pessoa (+7,95%) e Fortaleza (+3,47%). Quanto aos alimentos, as principais variações positivas, nessa base de comparação, ocorreram nos preços do feijão (+55,6% em Fortaleza); carne (+30,5% em Fortaleza); banana (+29,8% em Natal); e pão (+18,5% em Natal). Em sentido inverso, os principais declínios de preços foram verificados no tomate (-42,1% em Fortaleza); e banana (-15,7% em Salvador), vide Tabela 4.

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 464,31). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 6,1% maior em comparação com o valor da cesta regional (R\$ 437,75). Os valores das cestas nas demais capitais do Nordeste são: João Pessoa (R\$ 430,44), Natal (R\$ 442,46), Recife (R\$ 435,30), Aracaju (R\$ 420,03) e Salvador (R\$ 419,18).

Tabela 4 - Principais variações dos alimentos nas capitais do Nordeste - Em %

Alimentos	Junho				Em 2020			
	Maior Variação		Menor Variação		Maior Variação		Menor Variação	
	%	Capital	%	Capital	%	Capital	%	Capital
Carne	12,2	Salvador	-0,3	Fortaleza	11,6	Salvador	-0,7	Fortaleza
Pão	14,5	Natal	-10,9	Recife	18,1	Natal	-5,8	Salvador
Tomate	17,9	Aracaju	-23,6	João Pessoa	143,8	Aracaju	17,9	Recife
Banana	17,3	Fortaleza	-28,8	Salvador	34,7	João Pessoa	1,5	Fortaleza
Feijão	10,2	Salvador	2,7	Natal	63,7	Recife	36,5	Aracaju
Leite	6,1	Salvador	0,0	Fortaleza	10,3	João Pessoa	2,2	Salvador

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.